



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP

CLAUDIMIR DOS SANTOS MATOS JUNIOR

**MERCADO DE TRABALHO EM SERGIPE: CARACTERÍSTICAS DA
INFORMALIDADE ENTRE 2012 E 2019**

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2022

CLAUDIMIR DOS SANTOS MATOS JUNIOR

**MERCADO DE TRABALHO EM SERGIPE: CARACTERÍSTICAS DA
INFORMALIDADE ENTRE 2012 E 2019**

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP – realizado na Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO
2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M433m Matos Junior, Claudimir dos Santos
Mercado de trabalho em Sergipe : características da informalidade entre 2012 e 2019 / Claudimir dos Santos Matos Junior ; orientador Kleber Fernandes de Oliveira. - São Cristóvão, SE, 2022.
110 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Administração pública. 2. Mercado de trabalho. 3. Setor informal (Economia) – Sergipe. 4. Política de mão de obra – Sergipe. 5. Mulheres – Emprego. I. Oliveira, Kleber Fernandes de, orient. II. Título.

CDU 351.83:331.5(813.7)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**


**ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
FINAL**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois foi realizada através de apresentação on-line a Banca de Defesa de Mestrado Profissional do discente **Claudimir dos Santos Matos Junior**, Matrícula: 201921000297 com o título do trabalho de conclusão final: "Mercado de trabalho em Sergipe: Características da informalidade no mercado de trabalho sergipano entre 2012 e 2019" A banca foi composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira (Presidente/Orientador); Profa. Dra. Silvana Nunes de Queiroz (Universidade Regional do Cariri- URCA), e Prof. Dr. Rômulo Carvalho Cristaldo (PROFIAP/Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD). Após a apresentação, foi passada a palavra à banca que arguiu o discente e o mesmo respondeu aos questionamentos. O presidente e orientador fez as considerações e em seguida deliberaram pela **APROVAÇÃO** do aluno.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, São Cristóvão - SE, 29 de abril de 2022.

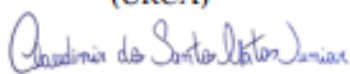

KLEBER
FERNANDES DE
OLIVEIRA-51756439594

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira
(Presidente/Orientador)


Prof. Dr. Rômulo Carvalho Cristaldo
(PROFIAP/UFGD)



Prof. Dra. Silvana Nunes de Queiroz
(URCA)


Claudimir dos Santos Matos Junior
(Discente/PROFIAP/UFS)

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus por lembrar a todo instante que Ele existe e está do nosso lado. Quantas vezes em orações demonstrei dúvidas e pedi orientação que logo foram respondidas. Inúmeras demonstrações de seu amor me fortaleceram durante esse período turbulento que passamos.

Normalmente uma longa caminhada não é fácil, e essa não escapa desse exemplo. Concluir um mestrado passava pela minha cabeça como algo distante, uma ideia inserida naquelas “caixinhas” do “depois”. Entretanto, se escrevo esses agradecimentos é porque esse “depois” chegou.

A caminhada não foi fácil, pois em meio às turbulências internas e externas passadas, muitas dúvidas surgiram, muitas batalhas foram travadas e quase pensei em desistir em determinado ponto. Entretanto consegui seguir em frente com ajuda de pessoas muito boas, com a ajuda de Deus e com muita força de vontade e noites em claro.

Agradeço a minha mãe, Claudia Matos, pela sua maneira única de ver o mundo, pela sua paciência, determinação e bondade. Pela sua falta, saudade e pelos momentos que ainda poderíamos ter vivido. Hoje me dedico a não esquecer seus ensinamentos. A meu pai, Claudimir Matos, que me revela a todo instante quem sou, e como nossas conversas me tornam uma pessoa melhor.

Minhas irmãs Tatiane Portnoi e Catharina Matos pelos desafios enfrentados e pelo companheirismo. Minhas sobrinhas Stella e Mariana, cujos sorrisos e enorme alegria me renovam a cada encontro.

Minha querida e amada esposa Georgia Matos, razão de tantas emoções, por ter confiado em mim, por ter me apoiado, por sempre me incentivar, por ser uma pessoa que me desafia a todo instante a ser melhor. Se existe alguma definição de amor à primeira vista, posso seguir tranquilo que essa definição se aplica a nós dois. Agradeço a minha esposa porque essa conquista também é dela, e porque seguimos em frente em meio às turbulências enfrentadas e cumplicidades conquistadas.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Kleber, meu mais sincero e profundo agradecimento. Sempre disponível, atento e prestativo e que fazia uma tarefa árdua parecer simples de uma

maneira incrível. Além de excelente professor e orientador, provou que a ciência além de necessária é bela, e pode se tornar muito prazerosa quando se tem vontade de ser realizada.

Agradeço aos membros da banca, Prof. Dra. Silvana e Prof. Dr. Rômulo pelas lições, puxões de orelha e sugestões. Me tornaram uma pessoa e um profissional muito melhor. Sempre lembrarei de vocês como referências de excelência no âmbito acadêmico e pessoal.

Agradeço ao corpo docente do PROFIAP/UFS em nome dos professores doutores Thais Ettinger, Rosana Rivas, Jussara Jacintho, Marcos Zambanini e destacando o orientador Kleber Fernandes pelos desafios propostos. Consideração especial por Elizângela, pelo seu carinho e persistência demonstrado durante a jornada.

Sem poder esquecer, é claro, aos meus colegas do PROFIAP, turma 2019.2 que se mantiveram juntos por toda essa caminhada: Arthur, Kátia, Gustavo, Marcela, Rivaldo, Neto, Vinícius e em especial Baby e Daniel que nunca desistiram de mim. Vocês são inesquecíveis.

RESUMO

As transformações sociais em todas as suas dimensões atingem também o mercado de trabalho que tem sido marcado pelo direcionamento de uma parcela significativa da população economicamente ativa para o desempenho de atividades laborais caracterizadas como informais. O estudo analisa quais as características da informalidade no mercado de trabalho sergipano entre os anos de 2012 e 2019. Desse modo, tem como objetivo analisar a informalidade do mercado de trabalho sergipano, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas, através de dados da PNAD Contínua no período de 2012 a 2019. O recorte temporal compreende os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, de modo a permitir uma comparação dos resultados a longo prazo, bem como a pesquisa realizada não trata do período da Pandemia do Covid-19, ou seja, as análises realizadas são referentes ao período pré-pandemia. O recorte espacial trabalhado no texto compreende o Estado de Sergipe, em virtude das taxas de desocupação e informalidade se mostrarem relevantes para a construção da pesquisa, de acordo aos dados do IBGE. Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, descritiva, exploratória, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva. Trata-se de pesquisa bibliográfica viabilizada por uma revisão da literatura na área de autores que trabalham o tema, e uma pesquisa documental. A análise da renda real mostra que o rendimento médio do trabalhador sergipano de carteira assinada, posicionou-se em movimento de queda no ano de 2019. Confirma a posição mais fragilizada da mulher no mercado de trabalho, seja pela sua inserção na informalidade ou pela percepção de menores salários mesmo quando detentoras de altos níveis de escolaridade. A principal contribuição do estudo se mostra na criação de um panorama que revela condições socioeconômicas importantes na criação de políticas públicas, uma vez que os resultados reforçam a necessidade de abordagem do tema, apresentando a informalidade como deletéria na economia sergipana, impactando diretamente a sociedade e a atuação dos agentes públicos. Dessa forma, a partir dos estudos realizados, foi possível apresentar um relatório técnico onde é apresentada uma recomendação de ações para melhora do panorama da informalidade.

Palavras-chave: Informalidade; Mercado de trabalho; Trabalhador informal

ABSTRACT

Social transformations in all their dimensions also affect the labor market, which has been marked by the direction of a significant portion of the economically active population to the performance of labor activities characterized as informal. The study analyzes what are the characteristics of informality in the labor market of Sergipe between the years 2012 and 2019. Thus, it aims to analyze the informality of the labor market in Sergipe, based on the variables gender, education level, income, position in occupation and grouping of economic activities, through data from PNAD Continuous in the period 2012 to 2019. The temporal cutout comprises the years 2012, 2015, 2017, and 2019, in order to allow a comparison of the results in the long term, as well as the research carried out does not deal with the Covid-19 Pandemic period, i.e., the analyses carried out refer to the pre-pandemic period. The spatial cutout worked on in the text includes the state of Sergipe, because the rates of unemployment and informality are relevant for the construction of the research, according to data from the IBGE. As for the methodology, the research can be considered qualitative, descriptive, exploratory, using descriptive statistics as a method of data analysis. This is a bibliographical research made possible by a review of literature in the area of authors who work on the theme, and a documentary research. The analysis of the real income shows that the average income of the sergipan worker with a signed portfolio, positioned itself in a downward movement in the year 2019. This confirms the weakened position of women in the labor market, either by their insertion in informality or by the perception of lower wages even when they have high levels of education. The main contribution of the study is shown in the creation of a panorama that reveals important socioeconomic conditions for the creation of public policies, once the results reinforce the need to address the theme, presenting informality as deleterious in the economy of Sergipe, directly impacting society and the performance of public agents. Thus, from the studies carried out, it was possible to present a technical report where a recommendation of actions to improve the informality panorama is presented.

Key words: Informality; Job market; Informal worker

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Divisões do mercado de trabalho utilizadas pela PNAD37

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação em Sergipe, 2012 a 2019(%)40

Gráfico 2 - Taxa de desocupação por sexo em Sergipe, 2012 a 2019 (%)41

Gráfico 3 - Taxa de informalização, por ocupados, Sergipe, 2012 a 2019 (%)47

Gráfico 4 - Renda trabalho formal x informal, Sergipe, 1º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2019 (R\$)52

QUADROS

Quadro 1 - Conceitos apresentados e principais referenciais.....30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por sexo, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017, 2019 (Mil pessoas) ...	43
Tabela 2 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho e fora da força de trabalho, na semana de referência em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)	43
Tabela 3 - Pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho, ocupadas, desocupadas e fora da força de trabalho por sexo, em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)	44
Tabela 4 - Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)	49
Tabela 5 - Rendimento médio real do trabalho principal em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)	53
Tabela 6 - Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019, com correção do IPCA (R\$)	55
Tabela 7 - Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, comparativo 2012 e 2019, com correção do IPCA (R\$)	56
Tabela 8 - Rendimento médio real do grupamento de atividades em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)	57
Tabela 9 - Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)	59
Tabela 10 - Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas, por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)	61
Tabela 11 - Pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas, por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)	61
Tabela 12 - Ocupados, desocupados e informais por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2017, 2018 e 2019 (%)	62
Tabela 13 - Nível de instrução por sexo em Sergipe, 2017 e 2019 (%)	64
Tabela 14 - Rendimento médio real do trabalho principal por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)	65
Tabela 15 - Taxa de desocupação por cor, segundo sexo e renda média do ocupado em Sergipe, 1º trimestre de 2019.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastros Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	JUSTIFICATIVA	14
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.3	OBJETIVOS	16
1.3.1	Objetivo geral	16
1.3.2	Objetivos específicos	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	CONCEITUAÇÃO DE INFORMALIDADE.....	17
2.2	SETOR INFORMAL E PROCESSO DE INFORMALIDADE	19
2.3	INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO	20
2.4	TERCEIRIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	22
2.5	DESEMPREGO CONJUNTURAL E ESTRUTURAL	26
2.6	QUESTÃO DE GÊNERO E INFORMALIDADE.....	28
2.7	OIT E IBGE.....	29
3	METODOLOGIA	33
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	33
3.2	DELINEAMENTO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA	34
3.3	CONCEITOS UTILIZADOS NA PESQUISA	35
3.4	ANÁLISE DE DADOS	38
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1	COMPORTAMENTO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO.....	40
4.2	CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO	42
4.3	OCUPAÇÃO INFORMAL EM SERGIPE	46

4.4	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E RENDA DO TRABALHADOR.....	51
4.5	INSTRUÇÃO POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA.....	60
5	RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO.....	69
6	CONCLUSÃO.....	71
	REFERÊNCIAS.....	77
	APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO	82

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atravessa um período de intensas e aceleradas transformações, o que interfere diretamente nas dimensões política, educacional, econômica e, inevitavelmente, no mercado de trabalho, onde se verifica, conforme Standing (2014), o direcionamento de uma parcela significativa da população economicamente ativa para o desempenho de atividades laborais caracterizadas como informais.

Este fenômeno, para Standing (2014), encontra suas bases em décadas anteriores, como a de 1980, quando as ideias liberais ganham força defendendo a ideia de que os países deveriam perseguir a flexibilização do mercado de trabalho para se desenvolverem economicamente, seguida da globalização, que criou um novo paradigma mundial, originando-se, segundo Rattner (2005), de um processo histórico, cujos fatores dinâmicos são a concentração-centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade.

Desse modo, a globalização deixou visivelmente demarcada a desigualdade na concentração de riquezas entre os países desenvolvidos, detentores das tecnologias de produção, e os países emergentes, onde se tem a oferta abundante de mão de obra barata. Ocorre que, nesse modelo, enquanto os primeiros são os destinatários da maior parcela dos lucros obtidos, os demais não são os principais usufruidores dessa geração de riqueza, provocando todo esse desequilíbrio que se reflete claramente no mercado de trabalho.

Santos (2003), aponta que a partir da globalização forma-se uma nova noção de riqueza, de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico, conceitos fundados no dinheiro em estado puro e aos quais todas as economias nacionais são chamadas a se adaptar. Nessa adequação das economias nacionais, surge um processo de equilíbrio, com as relações de trabalho fragmentadas, levando os trabalhadores, conseqüentemente, para a informalidade.

Todo esse dinamismo perpassou também pelo desenvolvimento tecnológico, outro fator que alterou as formas de trabalho outrora existentes, pois, de acordo com Costa (2020), na era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, ocorre o crescimento da informalidade, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado.

Portanto, como consequência dessa congruência de fatores, observa-se, de um lado, a possibilidade de desenvolvimento econômico através da priorização de um mercado mais aberto e volátil, e do outro lado, a flexibilização de um conjunto de regras que foram criadas para a proteção do trabalhador e, ao serem mitigadas, acarretam significativas perdas, a exemplo da variação deficitária de renda e da redução de direitos sociais, o que é Carvalho (2020) denomina de precarização do mercado de trabalho.

No Brasil, o avanço da informalização do trabalho tem sido amplamente visível ao longo das décadas. Araújo (2013), apresenta uma importante informação, referente ao crescimento da economia brasileira nos anos 2000, que possibilitou uma queda do desemprego, contudo não foi capaz de promover a redução do trabalho informal na mesma proporção da sua expansão. E, pior ainda, após o término desse ciclo, observou-se o aumento do desemprego e da informalidade que tem se perpetuado.

Salienta-se que a redução do desemprego não necessariamente representa a diminuição da desocupação, uma vez que a baixa do índice não reflete geração de emprego formal. O cenário verificado acima não aponta que houve aumento da ocupação formal que absorvesse os trabalhadores do mercado informal, uma vez que a queda do desemprego pode significar a geração de trabalho na informalidade.

Sendo assim, o tema será estudado com as informações do IBGE, utilizando-se dos dados da PNAD Contínua, que concentra informações acerca da relação entre população economicamente ativa e a sua inserção no mercado de trabalho, através de classificações diversas, para embasar esse estudo. As informações destacadas inicialmente são relacionadas aos índices de “pessoas fora da força de trabalho”, ou seja, aquelas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para integrá-la, ou demonstram interesse ou condições de trabalhar, e as “pessoas em desocupação”, que são aquelas que não estão ocupadas, entretanto, mostram-se disponíveis para o trabalho no caso de encontrarem vaga. (IBGE, 2019).

A pesquisa realizada não trata do período da Pandemia do Covid-19, ou seja, as análises aqui realizadas são referentes ao período pré-pandemia.¹ Nessa linha, os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), do 1º trimestre de 2019, apontam que 38,3% (65,3 milhões) das pessoas

¹ Apesar da pesquisa não tratar do período da pandemia do Covid-19, entre 2020 e 2012 houve agravamento do quadro de desocupação e informalidade, de acordo ao IBGE (2021). De acordo a PNAD Contínua (IBGE, 2021 a média da taxa de desocupação de Sergipe em 2019 apresentou resultado de 15,07% (período pré-pandemia), enquanto média da taxa de desocupação de Sergipe em 2020 saltou para 18,4% e finalizou 2021 com 17,8%.

em idade laboral estão fora da força de trabalho, ou seja, aquelas que não se encontravam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa. A região Nordeste, por sua vez, foi a que apresentou a maior parcela de pessoas fora da força de trabalho, obtendo um resultado de 45,5% da sua população nessa condição, seguida das regiões Norte (40,3%), Sul (35,7%), Sudeste (35,1%), e Centro-Oeste (33,8%).

Ao se observar os dados em âmbito local, especificamente o Estado de Sergipe, onde se assenta a pesquisa, identificam-se 771.000 pessoas fora da força de trabalho, o equivalente a 57,7% da população economicamente ativa do Estado, enquanto a taxa de desocupação chega a 163.000 pessoas, referente a 15,5% dessa população, seguindo o mesmo curso da região na qual está inserido, demonstrando o quanto carece da atuação do poder público para minimizar esses índices. Destarte, diversos aspectos podem ser elencados como responsáveis por essa desocupação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, produzem impacto nos resultados observados, tais como o advento de crises econômicas, cenário político instável, automação dos processos das empresas e falta de qualificação profissional. Inegável, porém, que independentemente da diversidade de fatores, as políticas públicas possuem uma estrita relação com as taxas de desemprego e informalidade.

Portanto, essa pesquisa realiza o estudo da informalidade do mercado de trabalho sergipano, por meio de uma análise estatística exploratória, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas, considerando os anos de 2012 a 2019, utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para isso, a presente dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo, de introdução, apresenta o panorama geral do que será estudado, o objetivo geral e os específicos, a problematização e a justificativa da pesquisa. No segundo capítulo, o referencial teórico permite fundamentar e verificar o que já foi produzido acerca do tema. No terceiro capítulo, repousa o roteiro metodológico traçado para se chegar ao resultado esperado.

Já no quarto capítulo, debruça-se sobre resultados e discussões, análise dos dados coletados, bem como realiza as possíveis correlações. O quinto capítulo recomenda, através de um produto técnico, a implementação de políticas públicas alinhadas ao cenário estudado. No sexto capítulo, são feitas as considerações finais acerca do recorrido ao longo do trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo do mercado de trabalho informal mostra-se como um tema relevante, em decorrência do crescimento desse fenômeno a nível mundial, de modo que apresenta consequências diversas para a sociedade e carece de melhor compreensão e identificação dos contornos desse modelo que se difunde também pelo Brasil, atingindo fortemente a região Nordeste.

A informalidade atinge diferencialmente as classes sociais, sendo mais incidente entre as pessoas de baixa renda, que possuem baixa escolaridade e notadamente de pretos ou pardos. Confirmando essa afirmativa, Proni e Gomes (2015), demonstram que a elevada proporção de trabalhadores negros, e principalmente trabalhadoras negras, em situações ocupacionais precárias, reflete a forma que esses trabalhadores são inseridos no mercado de trabalho. Dessa forma, reflete-se que o mercado de trabalho informal concentra uma parcela específica da sociedade, que não consegue romper as barreiras sociais impostas, aumentando ainda mais a desigualdade.

As políticas públicas tornam-se necessárias nesse contexto pois, através da sua implementação, a resolução de problemas sociais, nesse âmbito, poderá ser efetivada. A questão da informalidade deve se tornar prioridade de atendimento dos na agenda pública, onde são planejadas as ações que serão desenvolvidas pelo Estado com o fim de melhorar a qualidade de vida da população, pois, a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho agrava a desigualdade social, limita a renda e a mobilidade social.

Assim, embora o tema “mercado de trabalho” seja essencial para formulação de políticas públicas, carece em Sergipe estudos como este, que analisem as características locais e apresentem propostas para resolução das situações encontradas. Além disso, por apresentar elevados índices, geralmente acima da média de informalidade do Brasil e do Nordeste, de acordo com os dados do IBGE (2019), e por ser o local de instalação da universidade onde se desenvolve a pesquisa, o trabalho se torna relevante por permitir a produção de conhecimento capaz de oferecer um retorno social.

Desse modo utilizou-se da PNAD Contínua trimestral, com recorte de temporal de 2012 a 2019, que produz informações conjunturais e estruturais, capazes de subsidiar a pesquisa, uma vez que ela apresenta informações detalhadas sobre diversos níveis geográficos e regiões do país, mapeando de forma minuciosa também o Estado de Sergipe.

Para tanto, essa dissertação investiga os aspectos que caracterizam a informalidade sergipana ao longo dos anos de 2012 a 2019, e a relação entre as variáveis de nível de instrução, ocupação, desocupação, rendimento e grupos de atividades econômicas da população disponível para o mercado de trabalho, de modo a ampliar o acervo científico diante de um tema pouco explorado.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A economia informal então, tem sido tradicionalmente considerada como um refúgio para as mulheres e os homens que, não encontrando ocupação na economia formal, aceitam qualquer trabalho ou tentam criar o seu próprio emprego. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, aponta que o nível de desocupação da sociedade sergipana foi de 15,5% no primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2019). O percentual de pessoas ocupadas por conta própria ficou em 29,3% enquanto o percentual de pessoas com carteira assinada ficou em 60,9% (IBGE, 2019).

De acordo com os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o Estado de Sergipe obteve em dezembro de 2019, um saldo negativo de 1.013 vagas na geração de empregos formais, ou seja, um déficit de criação de vagas cujos trabalhadores são contratados pelo regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Assim, nesse mês ocorreu mais demissão do que contratação de funcionários (MTE, 2019). Apesar do período corresponder a uma época de sazonalidade de geração de emprego, característico de contratações temporárias, o resultado não foi o esperado.

O fato de o trabalhador ficar exposto às transformações socioeconômicas e depender quase exclusivamente do acaso ou das necessidades de serviço em épocas distintas, o coloca em situação de fragilidade e precariedade no mercado de trabalho de maneira perigosa, empurrando-o para a informalidade.

Neste contexto, tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão estabelecida: quais as características da informalidade no mercado de trabalho sergipano entre os anos de 2012 e 2019?

Para analisar as mudanças é necessário o estudo de um período relativamente longo, o recorte temporal será de aproximadamente 8 anos e, para tal, a presente pesquisa buscará utilizar

as variáveis da PNAD Contínua do Governo Federal, observando as divulgações trimestrais, dos anos de 2012, 2015, 2017 e 2019.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as características da informalidade do mercado de trabalho sergipano, de 2012 a 2019, conhecendo as suas características ao longo do período estudado.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar as características dos trabalhadores informais do mercado de trabalho do Estado de Sergipe.
- Analisar as variáveis que demonstrem os postos de trabalho mais inseridos na informalidade;
- Observar as categorias de trabalhadores possíveis a migrarem para informalidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUAÇÃO DE INFORMALIDADE

O início da conceituação de informalidade remonta à década de 1970, como resultado de um estudo sobre a estrutura produtiva e de emprego e renda existente no Quênia, realizado no âmbito de um programa de estudos de iniciativa da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no final dos anos 60, denominado Programa Mundial do Emprego (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). A OIT avaliou empregos e renda nos países subdesenvolvidos e naqueles que estivessem em processo de industrialização, detectando que o crescimento econômico não acompanhava a demanda da população de geração de postos de trabalho.

Ao concluir, a OIT identifica que o setor informal se constituiu a partir da existência de excedente de mão de obra, resultante do elevado crescimento demográfico, seguido de um processo de migração de indivíduos das zonas rurais para as cidades, havendo, assim, um aumento da força de trabalho urbana, desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Verifica-se, portanto, o que se denomina “velha informalidade”, por meio da qual se identifica no mercado econômico em transição a existência de uma massa de empregados e desempregados aglomeradas nas grandes cidades industrializadas, vindas de um êxodo rural. Todavia, considerou-se a informalidade, nesse aspecto, como um fenômeno transitório, restringindo o seu conceito a um local e realidade sazonal muito específica.

A “informalidade neoclássica”, segundo Noronha (2003), resulta da burocratização do Estado por meio de uma excessiva regulação do trabalho que cria condições para as grandes empresas se estabelecerem. O autor utiliza a expressão para conceituar o processo de maximização dos lucros das empresas através da redução dos seus custos operacionais, principalmente com a mão de obra, reduzindo conseqüentemente a folha de pagamento.

Dessa maneira, em nome da competitividade os países em desenvolvimento oferecem meios ou incentivos para as grandes empresas se instalarem no seu território e a alternativa encontrada foi a utilização de mão de obra de baixo custo, terceirização dos serviços e flexibilização da jornada de trabalho, características predominantes do trabalho informal.

Mediante as inovações tecnológicas apresentadas na década de 1990 e início dos anos 2000, Pérez-Sainz (1995), surge com outro conceito, o da “nova informalidade”, através da qual verifica-se que as formas de trabalho não encontram caráter formal na sua essência, mas que podem se revestir de novas nomenclaturas inclusive com caráter legal, disfarçando a condição informal do trabalho. Identifica, ainda, a inserção de atividades que tradicionalmente foram reconhecidas como informais.

O novo informal, para o autor, encontra, em certos momentos, dificuldade de constatação pois, com a difusão do uso da tecnologia em pequenos negócios, fugindo da exclusividade de uso pelas grandes empresas e da lógica fordista de produção, um empreendimento pode ser facilmente confundido com um autoemprego ou o contrário.

Para Pérez-Sainz (1995), a globalização também possui um papel importante nessa transformação na medida em que o capital se torna mais volátil e direcionado a países que oferecerem mais lucratividade para as organizações, tendo na terceirização dos serviços prestados às organizações uma resposta direta aos mercados para atenderem a essa nova dinâmica.

Desse modo, a OIT (2002), também redefine seu conceito apresentando-o a partir das mudanças econômicas incorporadas à dinâmica do capitalismo globalizado e das transformações da produção e dos mercados de trabalho. Para tanto, considera as mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados, nas quais as relações entre a economia formal e a economia informal desencadeiam em um *continuum* com fronteiras imprecisas (IVO, 2013).

Para Costa (2010), as noções de formal e informal não podem ser somente avaliadas quando o foco de análise é a pobreza ou a distribuição de renda, ainda que o informal seja muito fortemente sinônimo de pobreza urbana. Entretanto, para a autora, um elemento essencial para abrir oportunidade de inserção menos precária dos trabalhadores nas atividades produtivas, seja no mercado de trabalho formal, ou no mercado de trabalho informal, é o nível educacional do trabalhador.

Percebe-se, portanto, que o conceito de informalidade apresenta diversas vertentes em decorrência do dinamismo social, econômico, da transformação do trabalho, que ao passar dos anos ganhou novas definições, ao mesmo tempo em que o próprio mercado de trabalho também

foi se modificando. Outro fator passível de justificar essa diversidade conceitual é o local de observação, sendo que a informalidade em um país pode apresentar significado diferente quando, por exemplo, comparado a outro.

2.2 SETOR INFORMAL E PROCESSO DE INFORMALIDADE

Adentrando às discussões, Cunha (1979), traduz que o setor informal é algo mais que um reservatório de mão de obra, pois as suas atividades compõem uma esfera da produção associada ao setor formal, diferenciando-se deste, entretanto, no que diz respeito às garantias sociais que são inacessíveis. A esfera informal para o autor, participa da produção econômica da localidade, ao mesmo tempo em que auxilia com a prestação de seus serviços à parcela da sociedade que desempenha o trabalho formal, entretanto, apesar da sua importância, o trabalhador no espectro da informalidade não possui direitos sociais.

Hirata (2011), enriquece essa discussão quando aborda o trabalho desenvolvido em tempo parcial, por ser uma modalidade de contratação que provoca insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical. Logo, apesar do trabalho de meio-período ou de outras jornadas, não ser considerado trabalho informal, pelas suas características, ocupa um lugar mais próximo da informalidade do que da formalidade, pois, quando estabelecidas perdas de direitos na modalidade de contratação, a insegurança no trabalho aproxima essa classe da informalidade.

Cacciamali (2001), aborda o tema sob o que denomina “processo de informalidade”, tendo como elementos principais o desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que alteram a legislação trabalhista e o crescimento das ocupações informais.

Em outro estudo, Cacciamali (2000), identifica, do ponto de vista econômico, o “setor informal” como decorrente de um processo que resulta de dois fenômenos. O primeiro fenômeno relaciona-se à forma de organização do trabalho assalariado que, com o tempo, passou a incorporar outros tipos de atividades e ao surgimento das cooperativas como meio de contratação, terceirização e trabalhos temporários.

Já o segundo fenômeno é chamado pela autora de “autoemprego”, conceito este utilizado para definir uma forma de sobrevivência dos trabalhadores que têm dificuldades para

recolocação no mercado de trabalho. O autoemprego tem como característica a venda do trabalho como um produto, sendo o dinheiro uma moeda de troca. Apesar de trazer liberdade ao trabalhador, é revestido de características informais, como a ausência das proteções trabalhistas e de garantias da segurança do trabalho.

Assim, o estudo do processo de informalidade na atualidade deve contemplar as diferentes maneiras de inserção no mercado de trabalho, que pode se mostrar uma tarefa difícil a depender da estrutura produtiva na qual o indivíduo está inserido. Sob essa perspectiva, Ilo (2002 apud HALLAK NETO, 2012) aponta duas noções diferentes de setor informal. A primeira parte da concepção da empresa em relação à estrutura legal e administrativa e assume que existe uma relação intrínseca entre o não registro e a noção de informalidade.

A segunda reconhece o setor informal como uma maneira particular de produção e o define quanto à forma em que os empreendimentos estão organizados e executam suas atividades. Assegura que o setor informal não é o setor não registrado e admite o não registro como característica do setor informal, mas não como critério para defini-lo.

Entretanto, é possível verificar um contraponto à afirmativa anterior de acordo com os estudos de Borges e Franco (1999), onde o trabalhador típico da informalidade se insere na atividade econômica fundamentalmente através do mercado de produtos e serviços e não no mercado de trabalho. A informalidade, então, estaria atrelada às atividades autônomas, com o trabalhador atuando por conta própria. O registro do trabalhador, neste caso, não é necessário para configurá-la, pois a atividade realizada já é inserida num mercado de serviços que em grande parte absorve os trabalhadores desocupados e em busca de emprego.

2.3 INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO

Jakobsen et.al (2000, apud FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004), considera o conceito de informalidade juntando os critérios da ilegalidade e/ou atividades e formas de produção não capitalistas. Esse conceito abarcaria as atividades não tipicamente capitalistas, independentemente de serem legais ou não, e as relações de trabalho não registradas, mesmo que tipicamente capitalistas. Desse modo, a informalidade se identifica com todos os tipos de relação de trabalho precário.

Concordando com Jakobsen, Standing (2014) define que o precariado consiste em uma classe de pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. Como não existem relações de contrato social, por meio das quais as garantias de trabalho seriam fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito é a base para os Estados de bem-estar social.

Nessa linha, Antunes (2007) lembra que, apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo, a precariedade se metamorfoseou, transformando-se numa subclasse de emprego que, nas mãos do livre-mercado, não permite uma inserção social digna para seus trabalhadores. Interessante notar que a informalidade e a precarização têm uma estreita relação pois absorvem trabalhadores que praticam suas atividades sob relações frágeis num contexto de garantias sociais.

A contribuição desses autores tem sua importância no sentido de mostrar os conceitos que a informalidade ganhou no decorrer da história e avaliar a sua diversidade, diante da complexidade local, do mercado de trabalho, do período estudado e das condições sociais distintas. Entretanto, conforme Araújo e Lombardi (2013), esses estudos têm o potencial de captar o modo pelo qual a dinâmica da acumulação flexível incorpora e interconecta atividades e relações de trabalho formais e informais e, ao mesmo tempo, de desvendar a amplitude da precarização que caracteriza o novo modelo produtivo da globalização.

No Brasil, essa transformação ganha impulso a partir da década de 1990 quando houve um processo de abertura econômica, mudanças estruturais na conjuntura internacional que impactaram diretamente a economia local e as novas modalidades de trabalho. Para Costa (2010), a abertura econômica e as privatizações pressionaram o processo de reestruturação produtiva sistêmica, sobretudo no setor secundário, de modo a afetar não apenas o nível do emprego, mas também a sua qualidade, com a flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho.

Com as dificuldades econômicas da época, sobretudo por uma grande transformação social, o início da globalização, os impactos da implantação de uma nova moeda no Brasil e as mudanças no mercado de trabalho, os empregos foram impactados. Como resultado, nos anos 1990, cerca de 3 milhões de postos de trabalho foram perdidos, principalmente pela falta de políticas públicas e mecanismos institucionais que garantissem a sobrevivência da população. Desse modo, a alternativa encontrada pela massa de trabalhadores disponíveis para o mercado

foi a ocupação de atividades de baixa remuneração, com baixa produtividade e fora das relações tradicionais de seguridade social.

Para Silva e Costa (2005, p. 11):

A crise econômica vivida no Brasil não foi um fato isolado, revelou um movimento de ajuste da economia mundial com mudanças na orientação da política econômica dos países centrais, com repercussões desfavoráveis para os países em desenvolvimento. Após um período de recessão na economia mundial, foram adotadas medidas de caráter liberal favoráveis a flexibilização das relações de trabalho e a contenção do déficit público através da redução de gastos com as políticas sociais.

De acordo com Toni (2004), é nesse cenário que surgem novas formas de inserção laboral, incluídas nas estratégias empresariais de reestruturação e de busca de maior flexibilidade do trabalho, a exemplo do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário e do trabalho autônomo. A redefinição do Estado na economia tinha, nesse período, os objetivos de redução dos gastos públicos, abertura econômica para novas transações e investimento empresarial e o estímulo à livre concorrência.

Entretanto, essas alterações criaram, por um lado, condições desfavoráveis para o trabalhador, envolto em uma situação de dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho e por outro, a redução dos custos operacionais das empresas, através da flexibilização das normas trabalhistas. Assim, de acordo com Oliveira e Piccinini (2011) o mercado de trabalho pode ser entendido como o espaço de lutas entre diferentes agentes (indivíduos, organizações, órgãos de regulação, países etc.) constituído historicamente pela incorporação de regras sociais que orientam as estratégias utilizadas no interior deste mesmo campo.

Entretanto, a legislação trabalhista nos moldes da CLT de 1943, não acompanhou, em tempo hábil, essas mudanças e muito menos o Estado conseguiu criar um ambiente econômico favorável tanto para o trabalhador quanto para o empresariado. Os trabalhos realizados configuraram-se à margem da formalidade, com características de não controle e falta de convenções, ganhando os contornos do que podemos chamar de informalidade.

2.4 TERCEIRIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Feijo et.al (2009), discorre que as ações governamentais são responsáveis por propiciar as condições para que a economia possa aquecer, gerar ambientes favoráveis ao empresariado

e garantir condições para que a classe trabalhadora mantenha seu nível de empregabilidade alto. Assim, em 2017, o Brasil vivenciou a Reforma Trabalhista anunciada como uma ação que objetivava combater o desemprego desencadeado pela crise econômica de 2014 e que ainda provocava efeitos negativos na economia.

A Lei 13.467, de 2017, portanto, alterou regras relativas à jornada de trabalho, férias, plano de carreira e remuneração, flexibilizando o mercado de trabalho e inserindo, por exemplo, a jornada de trabalho intermitente (BRASIL, 2017). Contudo, alguns estudiosos contestam-na em aspectos como a possibilidade de terceirização de todas as atividades das empresas, o que poderia acarretar perda salarial para o empregado com jornadas de trabalho maiores e poucos direitos adquiridos.

Para Damasceno et.al. (2021), nos últimos anos a terceirização tem sido cada vez mais utilizada como uma estratégia para diminuir os custos e melhorar a qualidade do produto ou serviço. Entretanto, observam-se críticas à sua utilização por ser considerada uma forma de precarização dos direitos do trabalhador e por não haver obrigatoriedade da equiparação dos salários dos terceirizados aos salários de empregados diretos que exerçam as mesmas funções.

Lacaz (2019), condena a reforma trabalhista de 2017 sob a ótica dos reflexos negativos para a saúde dos trabalhadores, prevendo o aumento das doenças mentais do trabalho, além de pressupor o aumento do desemprego, do trabalho precário, dos acidentes do trabalho, das incapacidades provocadas. Nesse aspecto, trabalhadores com o objetivo de complementarem renda, em virtude de perdas salariais, realizariam outras atividades em turnos opostos aos turnos de trabalho principal, impactando diretamente na sua saúde.

Outro aspecto no âmbito jurídico que pode ser considerado quando se trata da informalidade é a Lei Complementar nº 150/2015, conhecida como “PEC das Domésticas”. Apesar da lei dispor sobre os trabalhadores que exercem atividades em ambientes residenciais, ficou popularmente conhecida por esse nome por impactar o maior percentual das pessoas que tradicionalmente trabalham atendendo as famílias nas suas casas: as domésticas.

A Lei Complementar nº 150/2015, definiu novas regras para a jornada de trabalho, hora de descanso, jornada de trabalho parcial, férias e recolhimento de impostos. Importante destacar a possibilidade de negociação do acordo individual entre trabalhador e empregador, sem prejuízo para as partes. A lei nasceu com o objetivo de estender às empregadas domésticas as

garantias constitucionais já aplicadas aos outros trabalhadores, entretanto, restringem-se aos trabalhadores que possuem carteira assinada, não contemplando diaristas.

Para Fraga e Monticelli (2021), a contratação de diaristas evitaria que essa relação trabalhista se concentrasse na interação da vida cotidiana, nas intimidades e privacidades, conectando-se com pressupostos mais impessoais. A “PEC das Domésticas” apesar de conseguir trazer para a formalidade um quantitativo de trabalhadores desprotegidos da seguridade social, também fortaleceu a prática de contratação dos serviços domésticos na modalidade de diarista.

Por não possuírem as mesmas garantias das empregadas contratadas, as condições nas quais as diaristas exercem as atividades se assemelham à informalidade: horário de descanso inexistente ou reduzido, acúmulo de casas para exercer suas atividades com o fim de obter maiores ganhos desencadeando em uma condição que torna praticamente incapaz a melhoria da sua situação profissional.

Dessa forma, percebe-se que o mundo do trabalho e os seus atores passam por um momento de transformação, com aspectos econômicos e sociais ainda sendo delineados, de forma que não se conhece o ápice dos seus impactos. Vislumbra-se, porém, que essas alterações tendem a empurrar a mão de obra menos qualificada cada vez mais para o trabalho informal, podendo consolidar o trabalho fora da formalidade e sem proteção social como uma trajetória comum da sociedade.

Não é objetivo dessa dissertação propor que a informalidade nasceu no Brasil na década de 1990 e que foi resultado direto de transformações econômicas, inclusive porque a realização de atividades remuneradas fora da formalidade ocorre desde períodos muito distantes no país. Todavia, conforme ressalta Costa (2010), os movimentos e decisões ocorridos neste momento no Brasil foram decisivos na desestruturação do mercado de trabalho e da ampliação da informalidade nacional.

O impacto dessas transformações foi tão importante que Lima e Soares (2002, p. 167 apud Araújo e Lombardi, 2013), entendem que a informalidade deixa de representar algo transitório para constituir-se definitivamente na medida em que incorpora contingentes de trabalhadores, antes pertencentes ao mercado formal e protegidos. Além disso, mostram que o intenso processo de casualização do trabalho, exige dos trabalhadores e das suas famílias a

combinação de atividades formais e informais para atenderem às necessidades de sobrevivência.

Pochmann (2001), por exemplo, acredita que a terceirização e a flexibilização da economia vêm causando fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil. Para o autor os novos conhecimentos tecnológicos se associaram às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior nível de motivação e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho. Nesse sentido, os profissionais se inserem numa dimensão de insegurança, por necessitarem se adequar constantemente às demandas das empresas.

Assim, a flexibilização e a terceirização das atividades tendem a aproximar o trabalho precário do informal e, de certa forma, torná-los parecidos. A Reforma Trabalhista de 2017, quando possibilita o trabalho intermitente e autoriza o trabalho autônomo, reproduz na formalidade as características do trabalho informal: sem proteção social, inexistência de carteira assinada ou trabalho por conta própria.

O art. 443, § 3º, da Lei 13.467, de julho de 2017, define o trabalho intermitente, apresentando exatamente essa flexibilização nada benéfica para o trabalhador.

Art. 443 § 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. (BRASIL, 2017)

Sen (2000), afirma que com grande frequência a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas. Na atualidade, vê-se no Brasil a implantação de uma agenda econômica que gradativamente coloca a flexibilização trabalhista como uma “saída” para o desemprego, trazendo uma nova variedade de vínculos contratuais onde a força de trabalho pode ser alocada interna ou externamente, numérica ou funcionalmente, resultando numa ampliação dos mercados de trabalho no país (OLIVEIRA E PICCININI, 2011).

Pode-se entender, então, que é algo característico do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante fonte de desigualdade de rendimentos. A consequência direta é um elevando contingente de trabalhadores sem acesso às proteções sociais e sem qualidade na

atividade exercida, além de taxas de desemprego preocupantes, demonstrando ser necessário um conjunto de políticas públicas no intuito de resolver ou mitigar as consequências observadas.

2.5 *DESEMPREGO CONJUNTURAL E ESTRUTURAL*

O desemprego apresenta-se como uma realidade preocupante nas sociedades, que ocorre quando a quantidade de vagas ofertadas pelo mercado de trabalho não consegue absorver o número de pessoas disponíveis para trabalhar. A falta de emprego pode demonstrar facetas sociais, quando, por exemplo, demonstra uma conjuntura de crise econômica que leva à dita realidade, ou num cenário mais alarmante o desemprego pode se demonstrar estrutural.

A diferença entre os termos expostos se encontra na magnitude dos cenários que possam ser estudados. O desemprego conjuntural é a queda da taxa de ocupação em uma economia, associada a crises econômicas. Para Rossi e Oliveira (2005), o desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. Baixas taxas de crescimento econômico são notadas, resultado de quedas de produção, vendas e que conseqüentemente culminam no desemprego.

Já para Rinaldi e Machado (2014) o desemprego conjuntural ou cíclico é causado por questões relacionadas à conjuntura econômica, motivado por uma situação peculiar na qual o crescimento econômico está comprometido. Essa característica torna esse desemprego cíclico, uma vez que as crises econômicas tendem a ir e vir, esse fenômeno mostra-se como inerente às oscilações das dinâmicas do mercado.

Já o desemprego estrutural ocorre quando a oferta de trabalhadores é maior do que a quantidade de vagas disponíveis. Para Duarte (2014), o desemprego estrutural pode ser entendido como a incapacidade do sistema econômico de oferecer postos de trabalho cobertos pela legislação vigente, e de maneira estável, para o conjunto da população disponível para tal mercado, o qual ganha impulso pela própria existência de um excedente estrutural de mão de obra. Associa-se à adoção de novas tecnologias no modelo de produção, o que leva a substituição das pessoas nos seus postos de trabalho por máquinas ou adoção de processos informatizados, com o propósito de redução de custos.

Para Sene (2005), desemprego estrutural e as novas formas precarizadas de trabalho podem ser considerados grandes aceleradores do processo de fragmentação da classe trabalhadora, servindo de exemplo da destrutividade do capitalismo contemporâneo. Sendo, dessa forma, o desemprego estrutural caracterizado pela inserção maciça de trabalhadores para o contingente de desempregados.

A implantação de robôs no processo industrial e adoção da internet para realização de compras e fornecimento de prestação de serviços é um exemplo dessa realidade. Contudo, a diferença primordial entre o desemprego estrutural para o desemprego conjuntural é a finalização dos postos de trabalho que foram substituídos por máquinas ou aplicações, pois essas vagas não serão mais retomadas. Já no desemprego conjuntural, após o fim de uma crise econômica, as vagas de emprego tendem a retornar.

Neves e Pedrosa (2007), analisam como a dinâmica flexível do processo produtivo acarretou o crescimento significativo do trabalho informal, pela forma sistêmica de interação entre o setor formal e o informal. Percebe-se o fenômeno atingindo tanto trabalhadores qualificados quanto desqualificados, com baixa ou alta remuneração.

Para Santos (2008), nos países de economia menos dinâmica presencia-se um aspecto mais crônico do que cíclico no fenômeno do desemprego, resultante do próprio modelo de desenvolvimento e caracterizado por ser um desemprego estrutural. Assim, a obtenção de uma vaga de emprego torna-se resultado de um processo que envolve algumas variáveis, como sexo, região, idade e claro a trajetória ocupacional do indivíduo.

De acordo a Neris e Fontes (2010), o problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível, mas está intimamente ligado à qualidade dos postos de trabalho. Uma vez que os trabalhadores se mostram em busca de emprego, ou mesmo já tenham desistido de procurar uma ocupação, eles ficam à mercê de uma produção ou atividade mais voltada à informalidade e dependentes de fatores como a sazonalidade e aspectos de comércio local. Fatores, estes, que impedem a qualidade na produção e na vida do trabalhador.

Ainda para Maia (2006), a informatização e reorganização das empresas afetam desde profissionais qualificados à massa operária, introduzindo a individualização e a fragmentação do trabalho no processo produtivo. Assim, percebendo que a informalidade e o desemprego estão associados aos menores padrões sociais.

2.6 *QUESTÃO DE GÊNERO E INFORMALIDADE*

Para Bruschini (2007), a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada através do tempo pela marca da precariedade, que tem atingido importante parcela de trabalhadoras. Ainda complementa que mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais "guetos" femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também áreas profissionais ditas de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino.

Para Guedes (2008), a entrada das mulheres no mercado de trabalho é vista como sendo fundamental em um novo contexto no qual o papel da educação formal, como vetor de ampliação do universo de escolhas das mulheres, também é preponderante para a compreensão dessa dinâmica. A inserção das mulheres nas universidades não necessariamente significa uma mudança nas relações de gênero e nas questões sociais como um todo, que também envolve mudanças na questão salarial. Mas, apesar de demonstrar um novo delineamento social, os resultados dessa inserção podem não apresentar um resultado de igualdade nesse sentido.

Verifica-se, dessa forma, que a presença feminina na universidade pode representar a busca por preenchimento de espaços antes notoriamente ocupados por pessoas do sexo masculino. Amparado pelos estudos de Ribeiro e De Jesus (2016), vê-se que apesar do nível de escolaridade das mulheres ser maior que o dos homens, as mulheres ainda são remuneradas em menores valores e ocupam cargos inferiores, mesmo com a expansão da ocupação feminina no mercado de trabalho. Dessa maneira, apesar da possibilidade de ascensão profissional mediada pela formação superior, as mulheres ainda se mostram com um percentual de rendimento menor do que os dos homens.

O acesso ao ensino superior, dessa forma, emerge como algo natural para uma presença maior no mercado de trabalho, ao passo que a capacitação realizada em uma instituição de nível superior acarretaria mais oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, uma maior valorização do trabalho realizado. Evidente que uma capacitação com maior qualidade fará diferença tanto na atividade laboral, quanto no aferimento da renda proporcionada pelo trabalho. As diferenças de renda estão associadas com as oportunidades que os indivíduos aproveitam ao longo da vida, como a possibilidade de adquirir um ensino de qualidade, que possibilitará uma inserção na sociedade de maneira mais satisfatória. A educação de qualidade é fator preponderante para o cidadão pleitear melhores cargos no mercado de trabalho.

Melo e Morandi (2021), mostram que não basta as mulheres buscarem maior nível educacional ou concorrer em novos campos de trabalho, pois as diferenças de rendimento permanecem mesmo quando elas têm nível de escolaridade ou assumem cargos e posições semelhantes às dos homens. Quando não é esse o caso, ocupam a maioria dos empregos informais para garantirem o sustento da família.

Aspecto confirmado por Sanches (2009), que informa que o trabalho doméstico está entre as ocupações mais precárias por apresentar níveis de remuneração muito baixos e com más condições da própria característica do trabalho, expondo as trabalhadoras a altos riscos de saúde, assim como colocando em risco a sua integridade física. Um outro aspecto importante trazido pela autora é que, na maioria dos países, os direitos das trabalhadoras domésticas não são equivalentes aos direitos do conjunto dos trabalhadores e, ainda assim, não são cumpridos (SANCHES, 2009, p. 882).

2.7 *OIT e IBGE*

Assim, com o objetivo de gerar recomendações que possam ser aplicadas nos países para melhorar o mercado de trabalho, tendo em vista todos os atores participantes, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) reúne representantes de diversos governos, empregadores e trabalhadores no seu corpo executivo para, de forma coordenada e participativa, dialogarem acerca do assunto. No Brasil, por exemplo, o Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019, consolida os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

A presente pesquisa adota o conceito de informalidade que é utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo IBGE. Para o IBGE os trabalhadores informais são empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2021).

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define a economia informal como todas as atividades e unidades econômicas que, na lei ou na prática, não estejam cobertas ou estejam insuficientemente cobertas por disposições formais (OIT, 2015). Dessa forma, o trabalhador

inserido na informalidade não possui reconhecimento legal da sua atividade e/ou não está coberto ou protegido.

A OIT ainda utiliza a expressão “trabalho decente”, que pode ser entendida como um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas (OIT, 1999). O trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT, a saber:

respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); promoção do emprego produtivo e de qualidade; ampliação da proteção social; o fortalecimento do diálogo social. (OIT, 1999).

Portanto, é possível entender a informalidade como o desenvolvimento de qualquer atividade pelo trabalhador, exercida por conta própria, tendo como características a ausência de direitos, falta de carteira assinada, baixa qualidade do trabalho, falta de proteção social e baixo desempenho. Para sintetizar as contribuições acima, o Quadro 1 apresenta os principais conceitos de informalidade discutidos pelos autores trabalhados, que nortearam a construção do referencial teórico da pesquisa.

Quadro 1 – Conceitos apresentados e principais referenciais

Principais referenciais	Conceitos apresentados
Filgueiras, Druck e Amaral (2004)	Remonta o surgimento do termo informalidade à década de 1970, como resultado de um estudo sobre estrutura produtiva e de emprego e renda existente no Quênia, por iniciativa da OIT.
Noronha (2003)	Conceitua a informalidade Neoclássica como o processo de maximização dos lucros das empresas através da redução dos seus custos operacionais, principalmente com a mão de obra, reduzindo conseqüentemente a folha de pagamento.
Pérez-Sainz (1995)	Surge com o conceito da “nova informalidade”, através da qual verifica-se que as formas de trabalho não encontram caráter formal na sua essência, mas que podem se revestir de novas nomenclaturas inclusive com caráter legal, disfarçando a condição informal do trabalho. Identifica, ainda, a inserção de atividades que tradicionalmente foram reconhecidas como informais. Para o autor, globalização também possui um papel importante nessa transformação na medida em que o capital se torna mais volátil e direcionado a países que oferecerem mais lucratividade para as organizações, tendo na terceirização dos serviços prestados às organizações uma resposta direta aos mercados para atenderem a essa nova dinâmica.

OIT (2002)	Redefine o conceito de informalidade, apresentando-o a partir das mudanças econômicas incorporadas à dinâmica do capitalismo globalizado e das transformações da produção e dos mercados de trabalho.
Ivo (2013)	Considera a informalidade como resultado das mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e à desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados, nas quais as relações entre a economia formal e a economia informal desencadeiam em um <i>continuum</i> com fronteiras imprecisas.
Cunha (1979)	Conceitua o setor informal como algo mais que um reservatório de mão de obra, diferenciando-se do setor formal, no que diz respeito às garantias sociais que são inacessíveis.
Hirata (2011)	Traz discussão sobre o trabalho em tempo parcial, por ser uma modalidade de contratação que provoca insegurança no emprego, na carreira, na renda e nas perspectivas de formação e de representação sindical, ocupando um lugar mais próximo da informalidade do que da formalidade.
Cacciamali (2001)	Denomina o “processo de informalidade”, tendo como elementos principais o desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que alteram a legislação trabalhista e o crescimento das ocupações informais. Continua sua contribuição com o conceito de “setor informal”, decorrente da forma de organização do trabalho assalariado, e do fenômeno do autoemprego.
Ilo (2002, apud HALLAK NETO, 2012)	Aponta duas noções diferentes de setor informal, sendo que a primeira noção parte da concepção das empresas sobre a relação intrínseca entre o não registro formal dos trabalhadores e a noção da informalidade. A segunda noção reconhece o setor informal como uma maneira particular de produção e o define quanto à forma em que os empreendimentos estão organizados e executam suas atividades.
Borges e Franco (1999)	Atrela o conceito de informalidade às atividades autônomas, com o trabalhador atuando por conta própria, fundamentalmente através do mercado de produtos e serviços e não no mercado de trabalho
Jakobsen et.al (2000, apud FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004)	Identifica a informalidade com todos os tipos de relação de trabalho precário.
Standing (2014)	Define que o precariado consiste em uma classe de pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado.
Antunes (2007)	Traduz que a precariedade se metamorfoseou, transformando-se numa subclasse de emprego que, nas mãos do livre-mercado, que não permite a devida inserção do trabalhador no mercado de trabalho, mantendo uma estreita relação com a informalidade.
Lima e Soares (2002, p. 167 apud Araújo e Lombardi, 2013)	Entendem que a informalidade deixa de representar algo transitório para constituir-se definitivamente na medida em que incorpora contingentes de trabalhadores, antes pertencentes ao mercado formal e protegidos.

Pochmann (2001)	Defende que a terceirização e a flexibilização da economia vêm causando fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil, inserindo os profissionais numa dimensão de insegurança.
OIT (2015)	Define a economia informal como todas as atividades e unidades econômicas que, na lei ou na prática, não estejam cobertas ou estejam insuficientemente cobertas por disposições formais.
IBGE (2021)	Define trabalhadores informais como os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria, empregadores que não contribuem para a previdência social e trabalhadores familiares auxiliares.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo consiste em apresentar um panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano, nos anos de 2012 a 2019, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva, baseada nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupos de atividade econômica.

A estatística descritiva tem como objetivo a descrição em tabelas, gráficos etc., dos resultados obtidos após o tratamento prévio dos dados por meios estatísticos. Ainda, segundo Magalhães (2000, p. 2), a estatística descritiva busca descrever de forma resumida os dados de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa pode ser considerada como descritiva, significando, de acordo com Gil (1999), que tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Selltiz et al. (1965) acrescenta que é a busca por descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

Tendo como objetivo ampliar o conhecimento sobre o tema e permitir ao pesquisador um aprofundamento maior a respeito do assunto, passa por uma etapa exploratória a fim de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis (nem sempre necessárias) para estudos posteriores (GIL, 1999).

As pesquisas científicas podem ser classificadas quanto à natureza, como qualitativas, quantitativas ou até mesmo quali-quantitativas, quando se empregam as duas abordagens no seu desenvolvimento. Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada.

Dessa forma, esse estudo baseia-se na pesquisa qualitativa por não fazer uso de métodos estatísticos na sua essência, mas apenas da estatística descritiva como forma de análise dos

dados coletados do IBGE, e por apontar sugestões para futuros estudos acerca do tema, utilizando os dados do mercado de trabalho sergipano extraídos da PNAD Contínua como fonte direta de coleta de dados para análise.

Em relação aos procedimentos a pesquisa será bibliográfica e documental. De acordo a Lakatos e Marconi (2003, p. 158), a pesquisa bibliográfica faz um apanhado geral dos principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Desse modo, na pesquisa bibliográfica foram consultadas literaturas que abordassem a temática do estudo, artigos publicados na internet e que auxiliassem a fundamentação desse trabalho.

Já a pesquisa documental, segundo Gil (1999), se assemelha à pesquisa bibliográfica, sendo o diferencial entre ambas, a natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente as contribuições de diversos autores, a pesquisa documental aproveita-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, cabendo ao autor da pesquisa a liberdade de reelaboração dos valores de acordo aos objetivos traçados.

3.2 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

O período delimitado para a análise do mercado de trabalho, capaz de tornar o estudo factível, compreende os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, utilizando os dados da PNAD Contínua trimestral. O recorte temporal foi pensado de modo a permitir uma comparação dos resultados a longo prazo. Já os anos de 2015 e 2017 foram utilizados para servirem de parâmetro para a verificação de eventuais mudanças dos indicadores estudados.

As variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupos de atividade econômica foram utilizadas na pesquisa por se inserirem nas categorias de análise da PNAD que norteiam esse estudo: características demográficas e sociais, educacionais, mão de obra e rendimento. Assim, possibilitaram a identificação de um panorama do mercado de trabalho sergipano e relações entre nível de instrução x sexo, nível de ocupação x rendimento, sexo x rendimento, dentre outras.

3.3 CONCEITOS UTILIZADOS NA PESQUISA

A presente pesquisa utiliza os conceitos das variáveis que são aplicados pelo IBGE (2019), bem como os conceitos do glossário da PNAD Contínua trimestral (IBGE, 2019), a saber:

- **Sexo**
Indica o sexo do morador, as pessoas são classificadas como homem ou mulher.
- **Nível de instrução**
As pessoas são classificadas de acordo ao nível de instrução alcançado, independentemente da duração dos cursos frequentados.
- **Pessoas em idade de trabalhar**
Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
- **Condição de Ocupação**
As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.
- *Pessoas Ocupadas*
São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.
- *Pessoas Desocupadas*
São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.
- **Condição em relação à força de trabalho**
Quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.
- *Pessoas na força de trabalho*

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

- *Pessoas fora da força de trabalho*

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

- **Rendimento Médio Real Habitualmente recebido no trabalho principal das Pessoas Ocupadas**

É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para isso é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A taxa de desocupação é representada pela proporção de pessoas desocupadas que procuraram emprego, na semana de referência da pesquisa, em relação à força de trabalho (PNAD, 2021). São contabilizadas as pessoas que não têm trabalho, mas estão à procura de uma ocupação. É popularmente conhecida como a taxa de desemprego, que na PNAD Contínua aparece no conceito de desocupação.

A força de trabalho pode significar o número, ou a quantidade de pessoas com capacidade para participar do trabalho numa sociedade. Para o IBGE (2019), são classificadas como na força de trabalho, na semana de referência, as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas. As pessoas ocupadas e desocupadas para o IBGE, são:

- *Pessoas Ocupadas*

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

- *Pessoas Desocupadas*

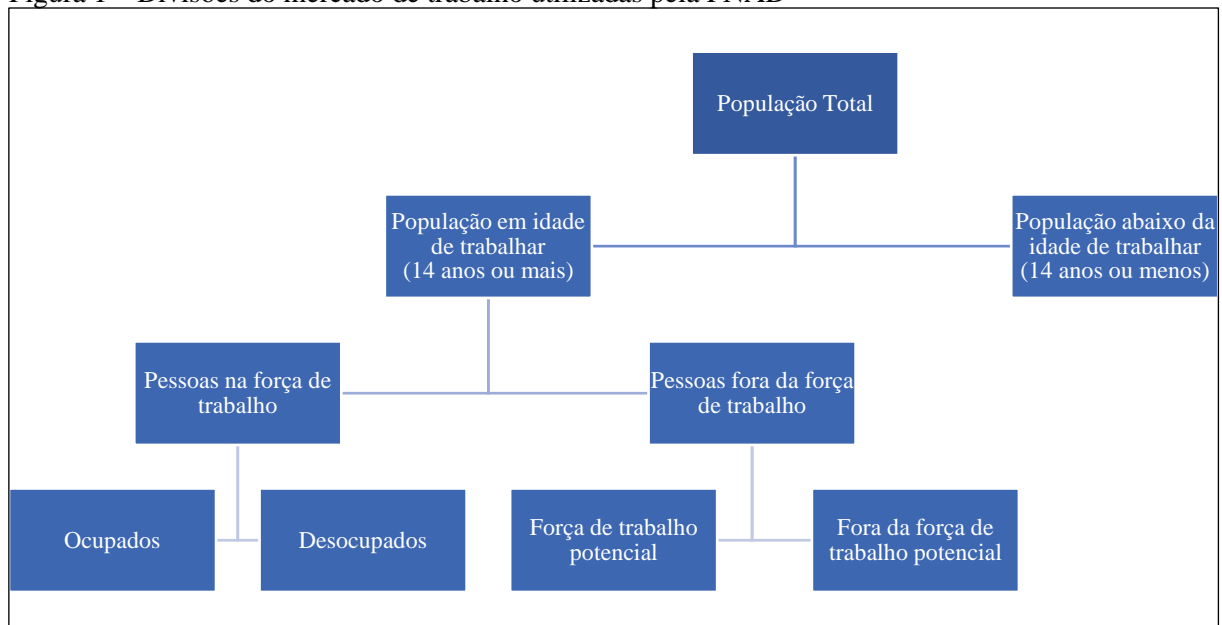
São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para

consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

A ocupação é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava (IBGE, 2021). A posição na ocupação também pode ser definida em função do contrato de trabalho acertado entre uma pessoa e a organização, realizado de maneira formal ou informal.

A Figura 1, apresenta as divisões utilizadas pela PNAD utilizadas na pesquisa sobre trabalho e rendimento.

Figura 1 – Divisões do mercado de trabalho utilizadas pela PNAD



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do manual metodológico da PNAD Contínua (IBGE)

Define-se o trabalhador informal como aquele que exerce atividade no setor privado sem carteira assinada, realiza atividade doméstica sem carteira assinada, empregador sem registro de CNPJ, trabalhador por conta própria que não recolhe à previdência e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2021).

A renda média habitual representa o total de rendimentos percebidos na semana de referência e não considera acréscimos extraordinários como bonificação, horas extras e demais acréscimos. A renda média formal inclui empregado com carteira de trabalho assinada,

trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregadores que contribuíam para a previdência social.

Já a renda média informal inclui trabalhadores sem carteira assinada. Para fins de conceito, emprego informal é aquele no qual a relação trabalhista não está sujeita à respectiva legislação nacional de trabalho, não havendo segurança ou proteção ao trabalhador nesse sentido.

Para concluir que a renda dos trabalhadores aumentou ou diminuiu deve-se aplicar a correção inflacionária do período. Sendo assim, tomar-se-á por base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que é utilizado para observar a inflação, a partir da variação dos preços de um conjunto de produtos e/ou serviços que são oferecidos no mercado para o consumidor.

Para o IBGE (2022), O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. Dessa maneira, o índice objetiva apontar a variação do custo de vida médio da família brasileira, servindo como o principal indicador da inflação do país

A partir dos diferentes conceitos que envolvem informalidade, conforme verificado no referencial teórico, serão consideradas informais na análise da PNAD Contínua as posições de ocupação seguintes: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

A PNAD Contínua trimestral será o foco desse estudo, levando-se em conta os resultados do 1º trimestre de cada ano. Reforça-se que para fins de simplificação, durante o desenvolvimento do trabalho foi omitido o termo trimestral. Utiliza-se quadros sintéticos e tabelas resultantes da PNAD Contínua, além dos dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, coletados diretamente no site do IBGE, através do endereço: <https://ibge.gov.br/>.

Ressalta-se que a PNAD Contínua, iniciada em 2012 foi utilizada em detrimento da PNAD Tradicional, pois a segunda encerrou-se em 2015. Por essa razão, períodos anteriores a

2012 que não utilizam a metodologia da PNAD Contínua não serão considerados neste estudo para não comprometer a análise dos resultados, uma vez que não se pode realizar uma direta comparação dos valores obtidos entre os dois tipos de pesquisa.

A PNAD Contínua produz informações conjunturais, estruturais e especiais sendo as informações conjunturais separadas em dois grupos: mensal e trimestral. A divulgação mensal fornece resultados sobre a evolução da força de trabalho apenas para o Brasil. Já a divulgação trimestral apresenta informações completas e detalhadas sobre a força de trabalho para diversos níveis geográficos, desde o Brasil, grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas, região integrada de desenvolvimento da Grande Teresina, municípios e capitais dos estados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

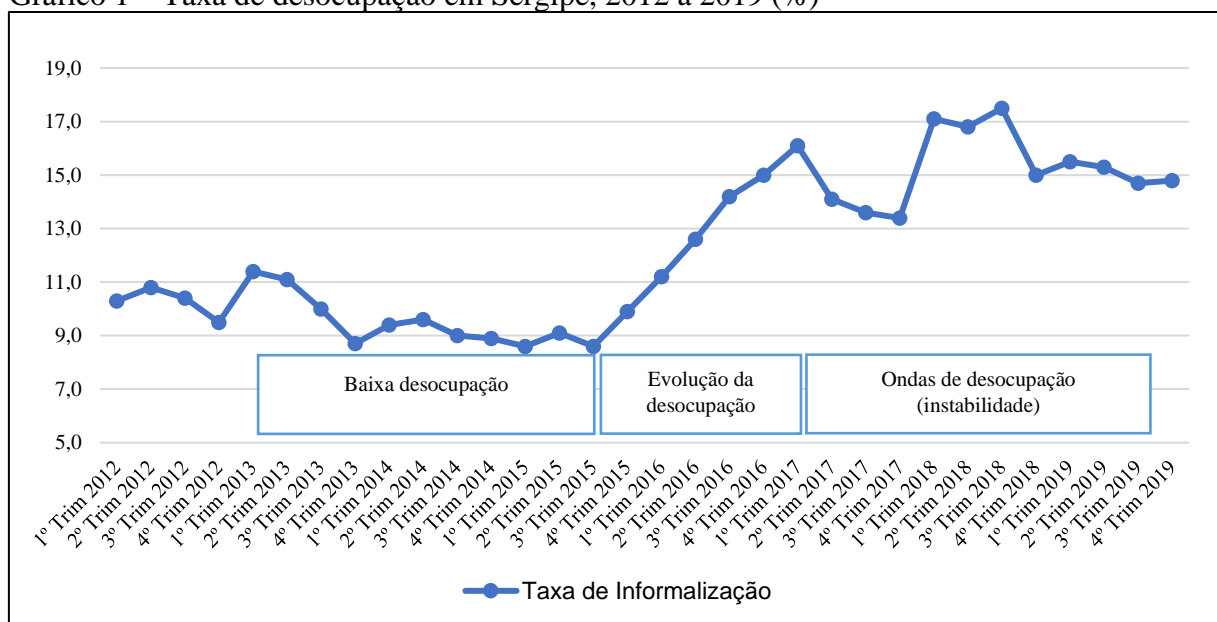
4.1 COMPORTAMENTO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A taxa de desemprego mostra-se como importante indicador socioeconômico pois pode demonstrar, ainda que indiretamente, como está a economia da região estudada.

O Gráfico 1, apresenta dados trimestrais referentes aos anos de 2012 a 2019, do mercado de trabalho de Sergipe, e demonstra três comportamentos:

- Primeiro período: entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2015 observa-se a taxa caracterizada pelo relativo nível de baixa desocupação, reduzindo o percentual de quase 10,5% do primeiro trimestre de 2012 para 8,7% no primeiro trimestre de 2015.
- Segundo período: nota-se um aumento expressivo na taxa de desocupação no quarto trimestre de 2015, com o percentual de 10,1%, marcado por uma contínua elevação do índice até o quarto trimestre de 2017, alcançando o patamar de 13,6%.
- Terceiro período: percebe-se um movimento de queda dos percentuais de desocupação a partir do quarto trimestre de 2018, atingindo 15,2% e mantendo certa estabilidade até o quarto trimestre de 2019, com uma taxa de 15,0%.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação em Sergipe, 2012 a 2019 (%)

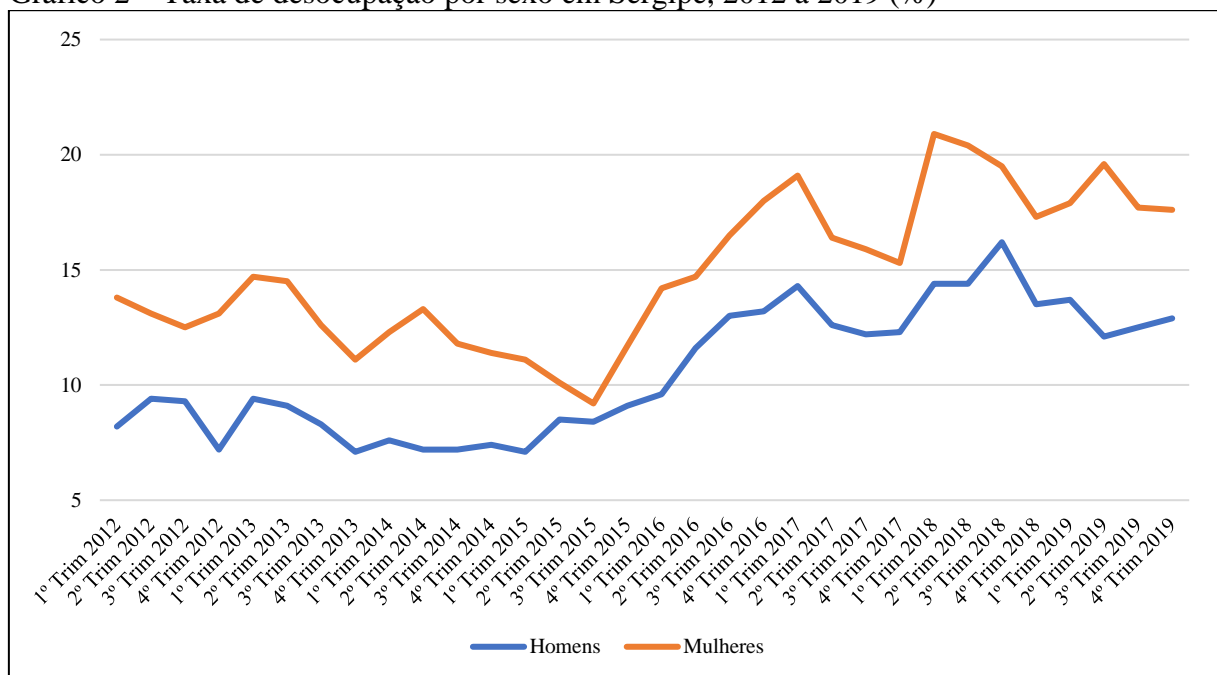


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Estabelece-se um panorama interessante sobre a taxa de desocupação no mercado de trabalho de Sergipe, onde, a partir do exposto, verifica-se que o mercado de trabalho sergipano mantinha um patamar razoavelmente estável de 2012 a 2015. A partir de então, sofreu um aumento contínuo do número de desempregados, onde observa-se uma queda nos três trimestres seguintes e uma retomada do crescimento do índice até o terceiro trimestre de 2018, quando se verificou o maior percentual da taxa de desocupação, ficando em 17,6%, quando voltou a manter um patamar de estabilidade. Entretanto, a estabilidade observada corresponde a um percentual mantido no patamar de 15% de desocupados, diferente dos 10,2% e até mesmo 8,7% observados outrora.

O Gráfico 2, evidencia que o comportamento da taxa de desocupação apresenta maior proporção de mulheres desempregadas com relação aos homens. Apesar da taxa crescer em patamares que absorvam tanto os homens quanto as mulheres, identifica-se que o percentual de homens desempregados se mantém abaixo do que o de mulheres.

Gráfico 2 – Taxa de desocupação por sexo em Sergipe, 2012 a 2019 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

A taxa de desocupação além de evidenciar comportamentos econômicos, também demonstra situações sociais relevantes. A observação da taxa de desemprego quando analisada a variável sexo, ainda demonstra a permanência de fatores cenários, onde, historicamente associada ao papel de dona de casa, cuidadora de filhos e por exercer a atividade de doméstica,

a mulher possui uma rotatividade ou até mesmo uma menor permanência no mercado de trabalho. Essa condição faz-nos refletir sobre a importância de políticas públicas que tenham a capacidade de absorver a mão-de-obra feminina, uma vez que tradicionalmente as mulheres precisam acumular funções.

O percentual da taxa de desocupação das mulheres no mercado de trabalho sergipano mostra-se sempre em patamares acima do que o demonstrado pela mão-de-obra masculina. O terceiro trimestre de 2015 apresenta a menor diferença entre os percentuais, quando a desocupação das mulheres apresenta 9,2% de taxa, enquanto o desemprego dos homens mostra um resultado de 8,4%, diferença de 0,8 ponto percentual.

Contudo, o segundo trimestre de 2019 apresenta maior diferença entre as taxas, pois a desocupação das mulheres apresenta 19,6% de taxa, enquanto o desemprego dos homens mostra um resultado de 12,1%, denotando uma diferença de 7,5 ponto percentual.

A taxa de desocupação no mercado de trabalho sergipano apresenta variações ao longo período estudado. Apesar de oscilar entre altos e baixos no decorrer no ano de 2017 a 2019, desocupação manteve-se em patamares maiores do que 2012, não se recuperando do período de evolução da taxa apresentado no início de 2015. Evidencia-se que, o percentual da taxa de desocupação das mulheres é maior que o demonstrado pela mão-de-obra masculina.

4.2 CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO

O mercado de trabalho de Sergipe apresenta características que denotam o desemprego como estrutural, uma vez que as variáveis observadas se mantêm em patamares que demonstrem percentuais de pessoas desocupadas preocupantes, e ainda revelem questões que envolvem inclusive o papel da mulher neste cenário.

Na Tabela 1, pode-se observar que a população total do Estado de Sergipe cresceu do 1º trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019 em 148 mil pessoas. Um aumento interessante para o estado que manteve uma média no período estudado de 16,4 mil novos habitantes por ano.

Tabela 1 – População por sexo, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017, 2019 (Mil pessoas)

Trimestre x Sexo	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim.2019
Homens	1.062	1.085	1.093	1.103
Mulheres	1.081	1.123	1.157	1.189
Total	2.143	2.208	2.250	2.291

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Quando feita a divisão desses números da população por sexo, verifica-se que o quantitativo de pessoas do sexo feminino manteve-se à frente no período estudado, com uma população de 1.189.000, representando cerca de 51,9% do resultado total. Algo que corrobora com os dados própria PNAD Contínua de 2019 quando informa que o número de mulheres no Brasil é superior ao número de homens, sendo a população brasileira composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres (IBGE, 2019).

A porcentagem de distribuição da população por sexo no Estado de Sergipe segue o mesmo curso nacional, conforme dados coletados pelo IBGE. Evidente que as características sociais e econômicas de cada região traçarão diferenças em sua população, entretanto, essa primeira análise demonstra existir uma quantidade de mulheres maior do que a quantidade de homens, o que infere na possibilidade de maior participação de mulheres no mercado de trabalho.

A Tabela 2, apresenta cenário diferente, onde o número de mulheres na força de trabalho é notadamente inferior ao de homens, demonstrando a importância de considerar a questão de gênero na definição de políticas públicas.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho e fora da força de trabalho, na semana de referência em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

	Total		Na força de trabalho			Fora da força de trabalho		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2012	1.062	1.081	563	384	947	214	434	648
2015	1.085	1.123	611	430	1.041	218	446	664
2017	1.093	1.157	580	413	993	269	508	776
2019	1.103	1.189	599	464	1.063	251	481	732

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

As pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, na semana de referência, do estado de Sergipe, apresentam um número de mulheres superior ao número de homens nessa mesma faixa etária populacional, todavia, a participação delas na força de trabalho não obedece a mesma lógica. Destaque para o 1º trimestre de 2015, onde é percebida a maior diferença de participação entre homens e mulheres na força de trabalho, identificando-se um contingente de 135 mil pessoas do sexo masculino a mais do que pessoas do sexo feminino.

A obtenção desses dados mostra-se relevante, portanto, como uma forma de exposição de um cenário passível de mudanças, mas, para isso necessita do desenvolvimento de estratégias que visem a redução de possíveis desigualdades ou disparidades nos aspectos sociais da população.

No primeiro de trimestre de 2012 a diferença de mulheres fora da força de trabalho é de 220 mil. Já no primeiro trimestre de 2015 a diferença aumenta para 228 mil. No primeiro trimestre de 2017 observa-se a maior diferença dessa análise onde são identificadas 239 mil mulheres fora da força de trabalho a mais do que os homens, enquanto no primeiro trimestre de 2019 o valor se mantém próximo e igualmente elevado, com 230 mil mulheres a mais fora da força de trabalho.

Na Tabela 3, as mulheres apresentam resultados inferiores aos dos homens em relação à ocupação, preenchendo um espaço fora da força de trabalho maior do que o dos homens.

Tabela 3 – Pessoas de 14 anos ou mais na força de trabalho, ocupadas, desocupadas e fora da força de trabalho por sexo, em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)

Categorias	1º Trim.2012	1º Trim.2015	1º Trim.2017	1º Trim.2019
Pessoas na força de trabalho				
Homem	59,5	58,7	57,5	56,3
Mulher	40,5	41,3	42,5	43,7
Pessoas ocupadas				
Homem	61,0	59,8	58,6	57,5
Mulher	39,0	40,2	41,4	42,5
Pessoas desocupadas				
Homem	46,5	47,5	50,8	49,7
Mulher	53,5	52,5	49,2	50,3
Pessoas fora da força de trabalho				
Homem	33,0	32,8	34,8	34,3
Mulher	67,0	67,2	65,2	65,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Nos 4 trimestres estudados as mulheres na força de trabalho no estado de Sergipe corresponderam a um valor menor do que o dos homens. O ano de 2012 representou o maior distanciamento entre as categorias, refletindo 18,0 pontos percentuais de diferença entre os sexos. Remete-se à questão da oportunidade e da absorção desse público pelo mercado de trabalho. O resultado das pessoas desocupadas que, para o IBGE (2021) são consideradas como aquelas pessoas que não estavam ocupadas na semana de referência da pesquisa, mas que procuraram alguma providência para reverter o quadro, confirma o que foi analisado anteriormente.

As mulheres ocupam uma posição desprivilegiada quando se relaciona o sexo com a ocupação no mercado de trabalho. Nos 4 trimestres analisados, o percentual de mulheres desocupadas mostrou-se maior do que o percentual de homens desocupados. Em 2012 o resultado se mostra mais distante, novamente, com uma diferença de 7 pontos percentuais de diferença entre os sexos. Em termos nominais significa que 2012 registrou diferença de 7 mil mulheres a mais desocupadas que os homens.

Resultado esse que corrobora com o índice de pessoas fora da força de trabalho, que são as pessoas que nem estavam ocupadas por pelo menos uma semana completa em trabalho remunerado ou não remunerado, nem se encontravam desocupadas procurando emprego alternativos, por pelo menos 30 dias. Em 2015 o índice apresentou maior resultado de mulheres fora da força de trabalho tendo 67,2% como resultado.

Apesar desse ano apresentar maior volume de desempregados, nos outros trimestres estudados os valores se aproximaram, com as mulheres respondendo pelo maior percentual fora da força de trabalho. O 1º trimestre de 2012 apresentou resultado de 67%. 2015, como já mencionado, teve 67,2%, 2017 com 65,2% e 2019 com 65,7% de mulheres fora da força de trabalho na semana de referência.

Como referência de eventos a nível nacional que podem ter impactado nesses valores mencionam-se, ainda, a crise econômica e a instabilidade política características do período. De acordo com os dados do IPEA (2019), no início de 2017, o agrupamento dos trabalhadores sem carteira assinada passou a apresentar taxas de crescimento interanuais positivas, sendo acompanhada a partir de meados do mesmo ano pelo agrupamento dos trabalhadores por conta-própria.

Nesse sentido, observa-se um crescimento contínuo de mulheres fora da força de trabalho ao longo dos anos no Estado de Sergipe. Esses dados demonstram um desequilíbrio quanto ao fator sexo relacionado à inclusão na força de trabalho das mulheres, o que permite compreender a relação entre um maior percentual de participação fora da força de trabalho e a suscetibilidade das mulheres a fatores como informalidade, trabalho doméstico, trabalhos precários e condições adversas.

Sanches e Gebrin (2003) complementam essa informação em seu estudo ao verificar que cerca de 46% do total das mulheres que estavam ocupadas em 2001, trabalhavam como assalariadas. Ainda para as autoras, é alto o percentual de mulheres que ocupava a condição de empregadas domésticas (18,3%), de autônomas (16,3%) ou mesmo que exercia trabalho sem remuneração (9,8%), evidenciando a vulnerabilidade do trabalho feminino.

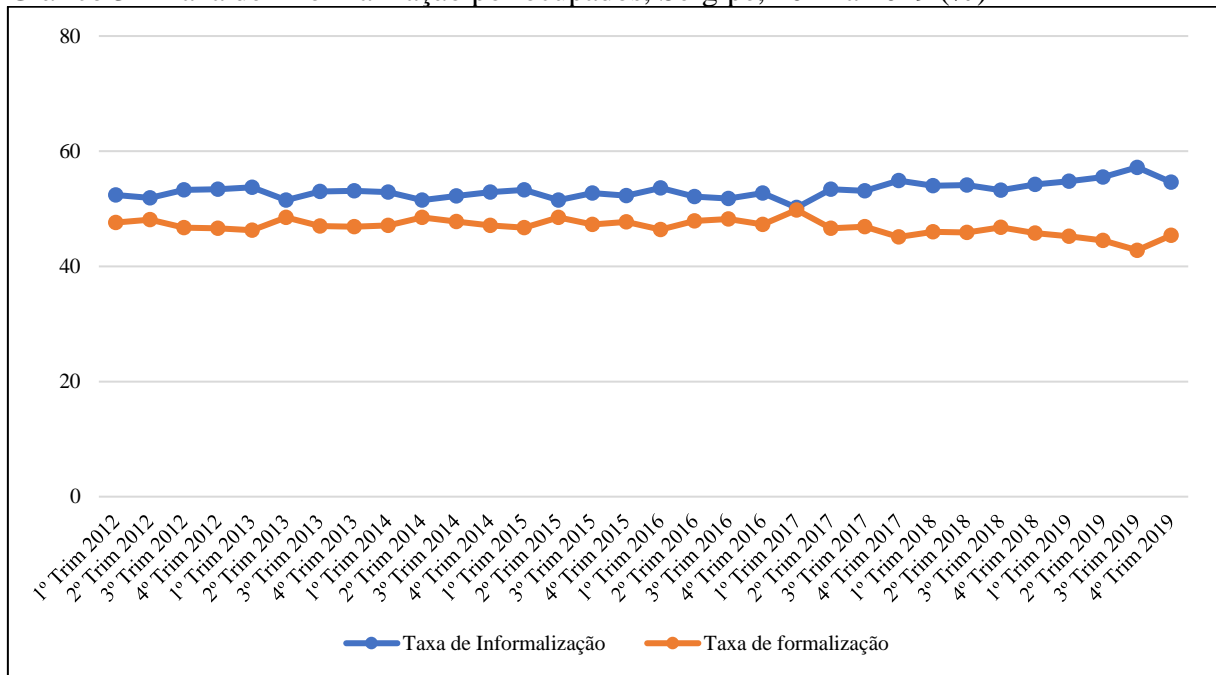
Dessa forma, o mercado de trabalho de Sergipe apresenta características que denotam o desemprego como estrutural, diante das variáveis analisadas evidenciarem taxas persistentes de desocupação, que se mantém independentemente de crises ou crescimentos econômicos. Ainda, o mercado de trabalho de Sergipe apresenta uma relação conflituosa para as trabalhadoras do sexo feminino, pois apesar de representarem maior quantitativo populacional, ocupam menos cargos que os homens, pois o percentual de mulheres desocupadas mostrou-se maior do que o percentual de homens desocupados. Dessa maneira, observa-se que as mulheres apresentam maior suscetibilidade a ocuparem uma posição social mais precarizada, em especial nas relações de trabalho informais.

4.3 OCUPAÇÃO INFORMAL EM SERGIPE

A posição na ocupação reflete questões de renda, segurança no trabalho e sinaliza a condição social na qual o trabalhador está inserido. O trabalhador que não exerce suas atividades com registro em carteira atua diretamente na informalidade, desprotegido de garantias previstas em lei e tendo como uma de suas principais perdas a demora no prazo para aposentadoria.

O Gráfico 3 evidencia a persistência da informalidade em Sergipe sempre superior a 50% dos ocupados, indicando a partir do terceiro trimestre de 2017 uma tendência de alta.

Gráfico 3 – Taxa de informalização por ocupados, Sergipe, 2012 a 2019 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Para o trabalhador, as consequências vão desde a perda de garantias da legislação trabalhista, recolhimento de impostos e outros benefícios, uma vez que para esse trabalhador não será possível averiguar inclusive seus rendimentos auferidos durante o período de exercício das atividades o que impactará diretamente no valor a ser recebido a título de aposentadoria. Para a gestão pública, dificulta as ações de planejamento, aumenta a preocupação com programas sociais e provoca um déficit na arrecadação justamente pelos impostos não recolhidos.

A partir dos dados apresentados, pode-se dizer que a informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados. Como já mencionado, a informalidade não é algo novo no país, muito no menos no estado de Sergipe, contudo, o resultado demonstrado evidencia a necessidade de políticas públicas próprias para o combate da informalidade, diferente das que são utilizadas no combate ao desemprego de maneira geral.

Assim, a posição de ocupação do trabalhador também pode refletir o desemprego e a informalidade na região. Tendo em vista que uma quantidade maior de trabalhadores que não possuem carteira assinada, ou que auxiliem os familiares, não contribuirão para a previdência, por exemplo, afetando a seguridade social que é sustentada pelo trabalhador formal. Apesar de

discussões mais recentes e flexibilizações de regulamentações, a exemplo da reforma trabalhista conforme mencionado anteriormente, argumentarem de maneira sugestiva a incompatibilidade de geração de emprego e direitos trabalhistas, é inequívoco que o trabalho formal é condição fundamental para renda e o bem-estar do trabalhador.

Segundo a OIT, a maior parte do trabalho no Brasil é realizado em condição de informalidade, onde, apesar de ser um trabalho importante para a dinâmica social do país, ainda é marcado pela invisibilidade, desvalorização e falta de regulamentação. E a desigualdade de renda nasce na desigualdade de oportunidades sociais que impedem que todos partam do mesmo local: educação de qualidade. Ao passo que pessoas de baixa renda possuem acesso a escolas públicas mergulhadas em suas dificuldades próprias, a classe social mais abastada consegue oportunidades de acessar melhores serviços de educação, o que contribui com a continuidade da ascensão social, repetindo e perpetuando o ciclo da desigualdade social.

Dessa maneira, o desenvolvimento de habilidades do trabalhador sem carteira assinada/informal é prejudicado pois, ao mesmo tempo em que luta para sobreviver, precisa se adaptar a qualquer tipo de ocupação, se afastando ainda mais do mercado formal por não conseguir se especializar numa área técnica que o permita alcançar um nível de remuneração mais elevado.

Analisando o mercado de trabalho de Sergipe, é contabilizado um número significativo de pessoas desocupadas e fora da força de trabalho. O mercado de trabalho procura por profissionais mais capacitados e que acompanhem as mudanças proporcionadas pela disponibilização das novas tecnologias. Contudo, verifica-se que a informalidade e desocupação cresceram ao longo do período estudado.

O mercado de trabalho de Sergipe aponta um crescimento nos trabalhadores sem carteira assinada, que exercem atividades no setor privado bem como atividades domésticas. Ainda evidencia um crescimento significativo nos trabalhadores por conta própria, quando comparados os resultados de 2012 a 2019. Dessa maneira, como incorporar essa mão de obra para a cobertura formal das relações de trabalho? Ou ainda, quais postos de trabalho são necessários para absorver os trabalhadores que atuam na informalidade?

Adiante, a Tabela 4 demonstra a posição da ocupação por categoria de trabalho principal, observando que a atividade realizada pelo trabalhador impacta diretamente na sua renda e qualidade de vida

Tabela 4 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim. 2019
Empregados no setor privado				
com carteira assinada	234	268	243	233
sem carteira assinada	139	118	117	154
Trabalhador doméstico				
com carteira assinada	11	11	13	12
sem carteira assinada	41	39	32	45
Empregado no setor público				
com carteira assinada	25	13	14	12
sem carteira assinada	21	20	18	29
militares e estatutários	84	101	94	84
Empregador	29	33	33	35
Conta Própria	234	301	203	258
TOTAL	848	951	831	898

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Verificam-se diferenças em relação às atividades econômicas ocupadas pela população. Por exemplo, os empregados do setor privado ocupam a principal posição no mercado de trabalho e, assim como o trabalho doméstico, pode ser dividido em categorias “com carteira assinada” e “sem carteira assinada”.

Nota-se, primeiramente, que os empregados do setor privado com carteira assinada no 1º trimestre de 2019 praticamente voltaram ao mesmo patamar de ocupação do 1º trimestre de 2012, uma vez que os resultados são semelhantes. Entretanto, para os empregados do setor privado que não possuíam carteira assinada ocuparam mais espaço no mercado de trabalho, saltando de 139 mil pessoas no 1º trimestre de 2012 para 154 mil pessoas no 1º trimestre de 2019.

No início de 2017, o agrupamento dos trabalhadores sem carteira assinada passou a apresentar taxas de crescimento interanuais positivas, sendo acompanhada a partir de meados do mesmo ano pelo agrupamento dos trabalhadores por conta-própria. Já o agrupamento dos trabalhadores com carteira assinada mostra taxas de crescimento interanuais negativas em todo esse período. Isso evidencia que o recuo na população desocupada entre meados de 2017 e 2018 se deve ao aumento do número de trabalhadores nestes dois segmentos associados à informalidade (IPEA, 2019).

Quanto ao trabalhador doméstico é analisada uma situação parecida com a do trabalhador do setor privado. No 1º trimestre de 2012 o trabalhador doméstico que exercia sua atividade com carteira assinada possuía um quantitativo de 11 mil pessoas, e no 1º trimestre de 2019 esse número passou para 12 mil pessoas. Um crescimento relativamente baixo pelo período de 9 anos, o que dá um média de 111 pessoas por ano a mais sendo registradas em carteira para atividades domésticas. Destaca-se o pico de 13 mil pessoas registradas em 2017, exercendo essas atividades.

Entretanto para o trabalhador doméstico que ocupa a posição de exercer sua atividade sem carteira assinada a situação se mostra diferente. No 1º trimestre de 2012 o trabalhador doméstico sem carteira assinada é contabilizado na PNAD Contínua com o quantitativo de 41 mil pessoas, tendo uma queda em 2015 e 2017, respectivamente com os valores de 39 mil e 32 mil se encaixando nessa modalidade. Assim, surge o questionamento: para onde foram esses trabalhadores?

Para o trabalhador doméstico que ocupa a posição de exercer sua atividade sem carteira assinada destaca-se que o 1º trimestre de 2019 apresentou o maior número de todo o período estudado, com 45 mil pessoas registradas na semana da pesquisa. Esse dado permite entender que houve um aumento de pessoas nessa situação que inclusive ultrapassaram os índices do 1º semestre de 2012.

Já no setor público analisa-se que houve uma migração de trabalhadores com “carteira assinada” para ocupação “sem carteira assinada”, pois enquanto no 1º trimestre de 2012 os trabalhadores registrados tiveram um quantitativo de 29 mil pessoas nessa ocupação, no 1º trimestre de 2019 esse valor passou para 12 mil pessoas. Uma diferença de 17 mil pessoas que corresponde a uma diminuição de 58,7% de registros com relação ao primeiro período verificado. Em contrapartida, o trabalhador do serviço público sem carteira aumentou de 21 mil pessoas no 1º trimestre de 2012 para 29 mil pessoas no 1º trimestre de 2019, ou seja, 38,0% a mais nesse quantitativo.

Ainda no serviço público os militares e estatutários se encontraram no mesmo patamar de 84 mil pessoas tanto no 1º trimestre de 2012, como em 2019. Já a categoria “Empregador” teve um aumento de 20,1% relativos a este mesmo período, assim como a categoria “Conta própria” que obteve um aumento de 10,2% neste interregno, passando de 234 mil pessoas no 1º trimestre de 2012 para 258 mil pessoas no 1º trimestre de 2019.

Analisando cada categoria é possível verificar casos leves de alterações nos seus resultados no decorrer dos anos e diferenças expressivas apuradas conforme mencionado acima. A informalização do trabalho, então, cresce e se configura em novas formas de trabalho muitas vezes condecorado como uma ação empreendedora, mas, que na prática, configura o trabalhador apenas um proletário informal de si próprio.

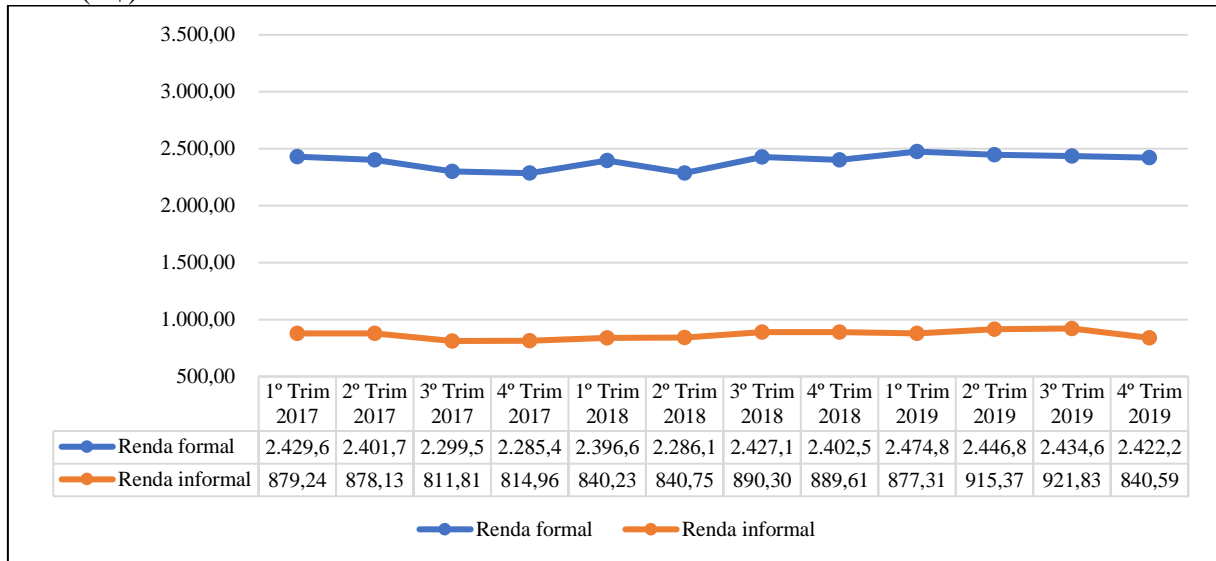
Chama a atenção o fato de ocorrer uma migração de trabalhadores de carteira assinada para o grupo de trabalhadores sem carteira assinada, tanto no setor privado, quanto os trabalhadores domésticos e no serviço público (excluindo serviços militares e estatutários). A observância dessa migração, aliado ao aumento igualmente notado nas categorias “Empregador” e “Conta Própria”, pode ser entendida como um indício da atuação do trabalhador num cenário de informalidade, que de acordo com a literatura estudada vem crescendo no Brasil, e os resultados vêm demonstrando essa situação no mercado de trabalho de Sergipano, onde se verifica no período estudado um desemprego estrutural, aliado a uma conjuntura de crise econômica, que notadamente afetou não apenas o estado de Sergipe, mas sim todo o país.

Dessa forma, evidencia-se que informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados, evidenciado pelo número significativo de pessoas desocupadas e fora da força de trabalho. A migração de trabalhadores de carteira assinada para o grupo de trabalhadores sem carteira assinada, revela um possível aumento da informalidade. Portanto, a mudança dos trabalhadores para ocupações informais impacta diretamente na renda, qualidade de vida, e condição de empregabilidade. Assim, os dados apresentados demonstram a incapacidade da economia sergipana de gerar condições de ocupações informais para a população.

4.4 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E RENDA DO TRABALHADOR

A diferença de renda mostra-se como um fator relevante na economia sergipana, pois, ainda que por uma percepção simplória os dados levem ao entendimento que a condição ocupada pelo trabalhador definirá seu salário, essa análise omite o problema estrutural básico da desigualdade na sociedade sergipana. O Gráfico 4 confirma a disparidade salarial existente entre os trabalhadores formais e informais. Os valores reais foram obtidos utilizando-se como índice o INPC, divulgado pelo IBGE e tem como base a data de referência da pesquisa.

Gráfico 4 - Renda trabalho formal x informal, Sergipe, 1º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2019 (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

O rendimento médio do trabalhador sergipano com carteira assinada oscilou durante o período estudado, mantendo-se em queda no primeiro trimestre de 2019. O trabalhador que não tem seu registro formal teve um pior desempenho, o que pode acarretar um possível decréscimo na qualidade do seu trabalho e, conseqüentemente, na sua vida. A renda informal mostra-se 2,5 vezes menor que a renda formal praticada em grande parte do período analisado, o que denota a fragilidade social a qual o trabalhador informal encontra-se exposto.

Assim, a renda analisada é diferencial de acordo com o tipo do trabalhador, tendo seu rendimento real direto completamente atrelado ao tipo de serviço prestado, cuja complexidade relaciona-se completamente à formação do trabalhador, conquistada no decorrer do desenvolvimento da carreira.

Aos cargos da iniciativa privada, onde se exige no atual mercado uma qualificação constante alinhada às necessidades das empresas se manterem competitivas, vê-se uma diferença entre os trabalhadores que possuem ou não carteira assinada, demonstrando a importância da garantia de direitos trabalhistas, quando se estabelece o vínculo trabalhista.

A Tabela 5 mostra os rendimentos recebidos pelos empregados nos trimestres estudados pela pesquisa. Os empregados do setor privado se mostraram com diferença de rendimentos entre os que possuem carteira assinada ou não. Os valores reais foram obtidos utilizando-se como índice o INPC, divulgado pelo IBGE e tem como base a data de referência da pesquisa.

Tabela 5 – Rendimento médio real do trabalho principal em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim.2015	1º Trim.2017	1º Trim.2019
Empregado no setor privado				
com carteira assinada	1.719	1.660	1.821	1.760
sem carteira assinada	864	1.080	727	791
Trabalhador doméstico				
com carteira assinada	1.090	1.125	1.166	1.148
sem carteira assinada	621	670	650	596
Empregado no setor público				
com carteira assinada	3.038	3.505	5.592	6.829
sem carteira assinada	2.890	2.176	3.453	1.731
militares e estatutários	3.983	4.325	4.387	4.223
Empregador	5.791	5.988	4.523	4.399
Conta Própria	1.079	1.167	1.243	1.129

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Destaca-se que no 1º trimestre de 2019 o rendimento dos que não possuem carteira assinada, no emprego do setor privado, mostra-se inferior ao da média recebida em 2012. Assim como o rendimento do empregado do setor privado com carteira assinada caiu de 2017 para o primeiro trimestre de 2019, passando de R\$ 1.821,00 para R\$ 1.760,00, ou seja, ficou mais próximo do praticado em 2012 (R\$ 1.719,00).

O trabalhador doméstico com carteira assinada manteve um movimento em 2012 e 2019 parecido com o observado no trabalhador do setor privado. Os que possuem carteira assinada nessa categoria não perceberam um aumento significativo dos valores praticados, mas identificando pequenas flutuações dos valores no mercado e sofrendo influência do salário-mínimo, que em 2019 passou a ser indexado a R\$ 998,00 (BRASIL, 2019).

Já o trabalhador doméstico sem carteira assinada teve uma queda no seu rendimento de 2012 a 2019. No primeiro trimestre de 2012 o valor médio recebido era de R\$ 864,00 e no primeiro trimestre de 2019 esse valor passou a ser de R\$ 791,00. Sendo um trabalhador exposto às condições de um mercado sem regulamentação, pela inexistência de registro, é atingido diretamente pela falta de proteção das leis que pode gerar uma não assistência a esse trabalhador em casos de acidentes de trabalho, doenças laborais, velhice e incapacidades.

O trabalhador doméstico sem carteira assinada, além de obter menores rendimentos, fica à mercê da informalidade, em busca de trabalhos que não se caracterizam como contínuos ou assegurados, uma vez que o percentual de trabalhadores informais realiza atividades em mais de um domicílio. A maioria dos trabalhadores domésticos, por conviverem com relações de trabalho precárias (informalidade), enfrenta um grande problema: a ausência de proteção social. Uma justificativa para este fato é que, no setor informal, a contribuição para a Previdência Social não é obrigatória (MYRRHA; WAJNMAN, 2007).

No caso do trabalhador público apenas os que ocupam a condição de “sem carteira assinada” observaram uma redução ao longo dos anos. Para fins de explicação, os funcionários públicos sem carteira assinada, não possuem um contrato de trabalho, geralmente atuando de forma temporária ou prestando serviço por sociedades cooperativas.

Os militares e estatutários seguiram um padrão de aumento ao longo dos anos, enquanto os maiores rendimentos percebidos são dos trabalhadores com carteira assinada. Impressiona que o salário dessa categoria dobra do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019, passando de R\$ 3.038,00 para R\$ 6.829,00 respectivamente.

Os empregadores tiveram uma queda progressiva ao longo do período, enquanto os trabalhadores por conta própria mantiveram uma média de ganhos relativamente estável passando por poucas oscilações no decorrer do período analisado. Verifica-se que nos 4 trimestres dos anos de 2012 a 2019 existe uma diferença muito clara em relação à remuneração e ao tipo de trabalho prestado.

Ao passo que os trabalhadores do setor privado com carteira assinada possuem um rendimento médio de 1,5 salário-mínimo (levando em conta o primeiro trimestre de 2019), o trabalhador que não possui carteira assinada tem sua renda média em 0,6 salário-mínimo. Essa diferença demonstra que o trabalhador sem carteira assinada além de ficar mais exposto aos riscos inerentes a qualquer que seja sua profissão, acaba, muitas vezes trabalhando na informalidade por não conseguir recolocação no mercado formal, bem como se mantém em ocupações de caráter precário, auferindo renda abaixo do salário-mínimo que, por definição, deveria ser o valor mínimo destinado a garantir a sobrevivência do ser humano.

Assim como o trabalhador sem carteira assinada mantém valores baixos de rendimentos mensais, o trabalhador doméstico sem carteira assinada segue o mesmo caminho ao ter sua renda média não se equiparando aos salários-mínimos vigentes desde 2012 a 2019. Observa-se

que o empregado do setor público possui o maior rendimento médio da tabela, estando com a remuneração mais elevada nas categorias selecionadas para esta análise.

Dessa forma Vaz e Hoffman (2007), observam que na carreira pública o salário é reajustado à medida que o indivíduo acumula anos de serviço, mesmo que ele continue desempenhando a mesma função, da mesma forma como sempre o fez, independente da sua produtividade. No setor privado, entretanto, onde a rotatividade dos trabalhadores é maior, a progressão salarial depende necessariamente de incrementos na qualificação pessoal e/ou do acúmulo de experiência profissional no desempenho da função. Dessa forma, enquanto na carreira pública o profissional ao avançar na geralmente obtém progressão no salário, o mesmo não ocorre para os trabalhadores no setor privado.

A Tabela 6 comprova um resultado de perdas salariais em todas as categorias quando aplicadas as correções do IPCA, quando comparada ao valor recebido sem as correções.

Tabela 6 – Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019, com correção do IPCA (R\$)

Trimestre	2012	2012*	2015	2015*	2017	2017*	2019	2019*
Empregado setor privado								
com carteira assinada	1.947	1.970	1.082	1.123	2.131	2.151	2.078	2.109
sem carteira assinada	841	851	1.059	1.099	688	694	744	755
Trabalhador doméstico								
com carteira assinada	1.150	1.171	1.307	1.357	1.335	1.347	1.332	1.352
sem carteira assinada	642	649	661	686	662	668	578	586
Empregado setor público								
com carteira assinada	3.640	3.684	4.171	4.330	6.617	6.680	8.105	8.227
sem carteira assinada	2.942	2.978	2.187	2.270	3.446	3.479	1.861	1.889
militares e estatutários	4.909	4.969	4.603	4.779	4.883	4.930	4.847	4.920
Empregador	5.932	6.004	5.988	6.217	4.522	4.565	4.655	4.725
Conta Própria	1.096	1.109	1.666	1.729	1.194	1.205	1.097	1.113

* Valor corrigido pelo IPCA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Para analisar a variação salarial com intuito de verificar perda ou ganho real do trabalhador, analisa-se o valor efetivamente recebido no mês de referência da pesquisa. O salário efetivamente recebido no 1º trimestre de cada ano corresponde aos dados coletados do IBGE, e os valores inseridos como comparação se revelam como o valor que deveria ser recebido se corrigido com variação inflacionária no mesmo período.

Destaca-se que para o trabalhador doméstico sem carteira assinada, o valor recebido no 1º trimestre de 2019 já corrigido pelo IPCA (R\$ 586), corresponde a uma quantia menor que recebido em 2012, inclusive, sem o reajuste do valor pelo índice (R\$ 642). Também se nota que o rendimento do trabalhador do serviço público com carteira assinada manteve-se o mais alto das categorias independentemente de aplicada o reajuste do IPCA, ou não.

Com intuito de visualizar a variação salarial entre os anos, para obter o valor dos rendimentos de cada categoria de trabalhadores, analisou-se o valor efetivamente recebido no 1º trimestre de 2012, comparado com o valor efetivamente recebido no 1º trimestre de 2019. Os salários efetivamente recebidos no 1º trimestre de cada ano correspondem aos dados coletados do IBGE, e os valores inseridos como comparação se revelam como os valores que deveriam ser recebidos se corrigidos com variação inflacionária no mesmo período.

A Tabela 7 demonstra que todas as categorias de emprego no trabalho principal tiveram perda real salarial ao longo do período estudado, com exceção da categoria “*Empregado no setor público – com carteira assinada*”, que apresenta no 1º trimestre de 2019 um valor recebido acima da inflação.

Tabela 7 – Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, comparativo 2012 e 2019, com correção do IPCA (R\$)

Trimestre	2012	2012*	2019	2019*
Empregado setor privado				
com carteira assinada	1.947	1.970	1.082	1.123
sem carteira assinada	841	851	1.059	1.099
Trabalhador doméstico				
com carteira assinada	1.150	1.171	1.307	1.357
sem carteira assinada	642	649	661	686
Empregado setor público				
com carteira assinada	3.640	3.684	4.171	4.330
sem carteira assinada	2.942	2.978	2.187	2.270
militares e estatutários	4.909	4.969	4.603	4.779
Empregador	5.932	6.004	5.988	6.217
Conta Própria	1.096	1.109	1.666	1.729

* Valor corrigido pelo IPCA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

De acordo aos dados observados, confirma-se que o trabalhador doméstico sem carteira assinada segue a mesma lógica de aferir a menor renda média das categorias de emprego

analisadas. Observando que, em 2019 o salário-mínimo vigente passou a ser trabalhado no valor de R\$ 998,00, de acordo ao Decreto 9.661/2019. Ou seja, mesmo se o valor recebido pelo empregado doméstico tivesse a correção inflacionária realizada, o trabalhador dessa categoria continuaria a receber valores abaixo do salário-mínimo vigente.

A Tabela 8 demonstra a diferença salarial recebida de acordo ao grupamento de atividades, o que também evidencia a disparidade salarial de acordo às atividades realizadas notoriamente com carteira assinada e atividades normalmente associadas à informalidade.

Tabela 8 – Rendimento médio real do grupamento de atividades em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)

Categorias	1º Trim.2012	1º Trim.2015	1º Trim.2017	1º Trim.2019
Agricultura, pecuária e pesca	782	789	703	667
Indústria Geral	1.940	1.989	2.477	1.616
Indústria de transformação	1.521	1.224	1.902	1.618
Construção	1.438	1.620	1.471	1.370
Comércio, reparação de veículos	1.545	1.586	1.445	1.557
Transporte, armazenagem e correio	1.624	1.727	1.688	1.749
Alojamento e alimentação	1.425	1.289	1.233	1.408
Informação, comunicação e financeiras	2.499	2.523	2.682	2.295
Administração Pública	3.275	3.393	3.835	3.218
Outro serviço	1.304	1.367	1.416	1.255
Serviço doméstico	723	772	799	711

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

A categoria da Administração Pública aufer rendimentos maiores dentre os outros grupos do mercado de trabalho sergipano. Ressalta-se que não estão separados os rendimentos do trabalhador com carteira assinada, sem carteira assinada ou militares. Dessa forma, quando comparados com a tabela 6 tem-se um valor médio abaixo do observado anteriormente. Entretanto, mesmo agrupando rendimentos menores mensais que normalmente são percebidos pelo público que não tem carteira assinada, as atividades relacionadas à Administração Pública ainda recebem valores maiores do que as atividades das outras categorias.

O grupamento de atividades da área de Informação, Comunicação e atividades financeiras teve rendimentos médios de R\$ 2.499,75 durante os 4 trimestres analisados, sendo o ano de 2017 com o de maior valor percebido. Tanto os cargos da Administração Pública

quanto os cargos da área de Informação, Comunicação e atividades financeiras exigem uma mão de obra mais especializada e atenta às transformações do mercado de trabalho.

Em posição diametralmente oposta encontra-se o grupo de atividades da agricultura, pecuária, pesca e serviço doméstico, que percebe os menores rendimentos das categorias estudadas. As atividades da agricultura, pecuária e pesca auferiram uma média de R\$ 735,25 em rendimentos durante os 4 trimestres, se igualando ao salário-mínimo de 2015 (BRASIL, 2015), mas permanecendo abaixo do valor do rendimento básico nos seguintes anos.

Ou seja, nota-se que houve uma queda nesse rendimento já que o valor percebido pela categoria não acompanhou sequer o salário-mínimo vigente a partir de 2015. Os pescadores, agricultores e profissionais atuantes na pecuária representam grande parte de uma população que atua na informalidade, carecendo de programas de renda para complementação dos salários. Essas condições, segundo Freitas (2021, p. 762), aumentam a oportunidade de ocorrer acidentes de trabalhos e adoecimentos relativos à carga laboral, considerando os riscos intrínsecos a esse tipo de pesca, principalmente os casos de perfurações, cortes e lesões devido ao esforço repetitivo.

Situação parecida dos trabalhadores domésticos que obtém o menor rendimento das categorias analisadas. Também a partir de 2015 recebendo valores abaixo do salário-mínimo, que neste ano passou para R\$ 788,00 (BRASIL, 2014), enquanto os trabalhadores domésticos recebiam um valor habitual de R\$ 772,00 nesse trimestre. Uma situação que expõe o trabalhador e, notadamente, as trabalhadoras que ocupam um papel relevante nesse mercado, a condições precárias de trabalho, além da própria informalidade que já caracteriza essa atividade.

A Tabela 9 apresenta que nos anos estudados, no estado de Sergipe, mulheres obtiveram rendimentos menores em relação aos rendimentos aferidos pelos homens. Observa-se que os valores foram retirados da PNAD Contínua, e se encontram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.²

² Para o deflacionamento dos rendimentos nominais é utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Assim, são deflacionados os indicadores de rendimento tanto habituais quanto efetivos. (IBGE, 2018)

Rendimento habitual - é o rendimento normalmente recebido pela pessoa pelo trabalho que tinha na semana de referência. **Rendimentos efetivos** - dizem respeito aos rendimentos recebidos, pelo seu trabalho ou por outras fontes, no mês anterior ao que foi realizada a coleta da pesquisa. Portanto, o rendimento efetivo tem como referência o trimestre móvel anterior ao que está sendo divulgado.

Tabela 9 – Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)

categorias	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim.2019
Homens	1.891	2.019	2.077	1.915
Mulheres	1.593	1.640	1.764	1.514
TOTAL	1.778	1.872	1.954	1.749

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Destaca-se que no primeiro trimestre de 2019 os valores percebidos pelas mulheres estavam menores do que o valor médio recebido no mesmo período em 2012. Já nos rendimentos dos homens, apesar de ter havido uma queda de 2017 para 2019, o valor ainda permaneceu maior do que o rendimento médio de 2012. No decorrer da dissertação perceber-se-á a repetição desse movimento. A comparação das duas tabelas (3 e 4), somente reforça que as mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade social e com maiores chances de ocuparem atividades informais.

Apenas para efeito comparativo de 2012 a 2015 o rendimento médio do homem teve um crescimento de 6.76%, enquanto o rendimento das mulheres teve um aumento de 2.95%. Em níveis percentuais o aumento do rendimento das mulheres foi menos da metade que o aumento recebido pelos homens. E quando é calculada a diferença dos rendimentos recebidos pelas mulheres em 2012 (R\$ 1.593,00) com os rendimentos recebidos em 2019 (R\$ 1.514,00), contabiliza-se uma perda de 4,95% da média de seus recebimentos em 8 anos.

Dessa forma, o trabalho doméstico enquadra-se como subemprego, sem auxílios e sem proteção social garantida para os ocupantes dessas atividades, apesar dos trabalhadores domésticos constituírem uma força econômica importante na sociedade e participarem significativamente do dia a dia dos profissionais assalariados que necessitam dessa mão de obra para que possam exercer sua atividade remunerada no mercado de trabalho.

Observa-se no estado de Sergipe que um indicativo de diferença salarial quando analisado o fator sexo, pois, independentemente do período observado, o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior do que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, escancarando uma disparidade salarial. Apesar de os homens receberem maiores salários durante maior parte da história, em comparação com os rendimentos das mulheres, também pode-se perguntar por que essa condição ainda persiste.

Assim, essa análise apresenta um panorama de qual sexo fica mais exposto à informalidade e de como políticas públicas podem ser implementadas para atender a necessidade do público feminino que, por obter menores ganhos e ser maioria da população, acaba ocupando cargos com piores qualidades e normalmente sem proteção da legislação.

Dessa maneira, se demonstra que a renda informal se mostra menor que a renda formal praticada em grande parte do período analisado, o que denota a fragilidade social a qual o trabalhador informal é submetido. A diferença salarial é notória quando se compara os cargos da administração pública com os da iniciativa privada e ocupações informais. Apesar de comprovar-se resultado de perdas salariais em todas as categorias quando aplicadas as correções do IPCA, os cargos da administração pública continuam a se distanciar do em termos de recebimento aos trabalhadores da iniciativa privada. Assim, confirma-se que o trabalhador doméstico sem carteira assinada afere a menor renda média das categorias de emprego analisadas, e o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior do que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, evidenciando uma disparidade salarial quando comparamos a variável sexo.

4.5 INSTRUÇÃO POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E RENDA

A empregabilidade do trabalhador tem relação com o nível de instrução adquirido ao longo de sua existência. Nas crises econômicas, o trabalhador com baixo nível de instrução notadamente torna-se mais vulnerável aos impactos advindos das oscilações do mercado. O patamar da renda da mesma forma acompanha essa lógica onde, quanto maior o nível de instrução, maior o nível de rendimento. Dessa maneira, o trabalhador quando busca qualificar-se, igualmente procura aumentar seus rendimentos. Entretanto, possuir boa instrução não necessariamente garante emprego.

Trabalhadores com baixa qualificação comprometem sua empregabilidade e conseqüentemente a prestação de serviços realizado na região que estão inseridos. Até mesmo a classe empresarial não foge a esta regra, pois também são fruto da educação de Sergipe.

A Tabela 10 comprova que o maior percentual da população ocupada não possui nível superior completo, contudo, a maior taxa de ocupação dos trabalhadores com mais de 14 anos, completou apenas os menores graus de ensino formal.

Tabela 10 – Pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas, por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)

Categorias	1º Trim.2012	1º Trim.2015	1º Trim.2017	1º Trim.2019
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,8	4,9	4,9	3,4
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	39,3	35,4	33,1	31,4
Ensino fundamental completo ou equivalente	9,1	8,9	7,5	7,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	6,1	6,4	6,8	6,0
Ensino médio completo ou equivalente	24,6	26,4	28,2	30,7
Ensino superior incompleto ou equivalente	4,7	5,0	4,7	5,6
Ensino superior completo ou equivalente	10,5	13,0	14,7	15,1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

A Tabela 11 demonstra que o maior quantitativo de desocupados possui ensino médio ou equivalente, seguido dos trabalhadores que possuem ensino fundamental incompleto ou equivalente.

Tabela 11 – Pessoas de 14 anos ou mais, desocupadas, por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (%)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim.2015	1º Trim. 2017	1º Trim.2019
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	2,9	3,3	3,6	1,2
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	29,2	26,8	32,0	31,5
Ensino fundamental completo ou equivalente	9,1	11,6	9,9	9,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	12,4	11,5	12,9	9,6
Ensino médio completo ou equivalente	32,0	35,3	32,1	36,3
Ensino superior incompleto ou equivalente	5,6	5,6	3,2	4,9
Ensino superior completo ou equivalente	8,7	5,8	6,4	6,7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Nota-se uma inversão na relação de ocupação e nível de instrução, pois na Tabela 10 a maior taxa de ocupação dos trabalhadores possui nível fundamental incompleto, e na Tabela 11, o maior quantitativo de desocupados possui ensino médio completo. Pode-se considerar, dentre outras coisas, a dificuldade do mercado de trabalho sergipano absorver mão-de-obra com melhor qualificação. Tal evidência questiona quais tipos de vagas são geradas para a população do estado de Sergipe. Demonstra-se uma grande absorção de mão-de-obra com baixa qualificação, o que questiona se as oportunidades oferecidas no estado ainda necessitam de pouca qualificação para o laboro.

A Tabela 12 evidencia que a taxa de desocupação para quem possui nível superior ou equivalente, diminuiu do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019.

Tabela 12 – Ocupados, desocupados e informais por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2017, 2018 e 2019 (%)

Nível de instrução	Ocupado		Desocupado		Informal	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1º trimestre 2017						
Sem instrução	56.719	6,90	7.720	4,82	45.417	11,13
Fundamental incompleto ou equivalente	253.014	30,79	49.833	31,12	179.756	44,04
Fundamental completo ou equivalente	62.667	7,63	15.932	9,95	38.939	9,54
Médio incompleto ou equivalente	54.503	6,63	20.738	12,95	33.716	8,26
Médio completo ou equivalente	232.216	28,26	51.232	31,99	79.951	19,59
Superior incompleto ou equivalente	38.022	4,63	5.024	3,14	10.263	2,51
Superior completo	124.603	15,16	9.650	6,03	20.098	4,92
Total	821.744	100,00	160.129	100,00	408.140	100,00
1º trimestre 2018						
Sem instrução	56.603	6,71	10.586	5,97	44.646	9,90
Fundamental incompleto ou equivalente	260.535	30,88	49.760	28,09	194.476	43,12
Fundamental completo ou equivalente	59.712	7,08	13.743	7,76	39.166	8,68
Médio incompleto ou equivalente	55.453	6,57	15.942	9,00	37.731	8,37
Médio completo ou equivalente	231.232	27,41	68.011	38,39	95.216	21,11
Superior incompleto ou equivalente	44.117	5,23	9.829	5,55	14.256	3,16
Superior completo	136.009	16,12	9.301	5,25	25.481	5,65
Total	843.661	100,00	177.172	100,00	450.972	100,00
1º trimestre 2019						
Sem instrução	27.993	3,22	1.847	1,15	59.648	5,32
Fundamental incompleto ou equivalente	271.912	31,25	50.325	31,23	360.088	32,10
Fundamental completo ou equivalente	68.065	7,82	15.654	9,71	88.490	7,89
Médio incompleto ou equivalente	50.877	5,85	15.591	9,67	85.710	7,64
Médio completo ou equivalente	266.380	30,62	58.474	36,28	317.342	28,29
Superior incompleto ou equivalente	48.190	5,54	7.959	4,94	69.494	6,20
Superior completo	136.627	15,70	11.312	7,02	140.854	12,56
Total	870.044	100,0	161.162	100,0	1.121.626	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Demonstra-se a insalubre condição a qual o mercado de trabalho submete sua mão-de-obra, ao se notar que nos anos de 2017 a 2019, a maior taxa de ocupação por nível de instrução é estabelecida para quem possui o nível fundamental incompleto ou equivalente, seguido de

quem possui o nível médio ou equivalente. Contudo, nota-se que a ocupação informal para quem possui o mesmo nível de instrução, mas atua na informalidade, aumentou no mesmo período. Quando se verifica o percentual de trabalhadores informais por nível instrução, pode-se discernir a maneira que o mercado de trabalho sergipano absorve sua mão-de-obra.

A maior taxa de desocupação por nível de instrução sendo estabelecida inversamente, para quem possui o nível médio completo ou equivalente, seguido de quem possui o nível fundamental incompleto ou equivalente. Tal fato, pode levar a algumas perguntas, tais como: a alta taxa de desocupação verificada para quem possui ensino fundamental incompleto tem relação com abandono escolar? A alta taxa de desocupação observada para quem possui ensino completo é reflexo direto de uma má qualidade de ensino? De todo modo, políticas públicas efetivas devem ser implementadas na tentativa de reverter tal situação, pois, como observado ao longo do período estudado, a situação transparece piora.

A taxa de informalidade permanece campeã nos mesmos níveis de instrução anteriormente mencionados, sendo para quem possui o nível fundamental incompleto ou equivalente, seguido de quem possui o nível médio ou equivalente. Todavia, nota-se nos três anos da tabela demonstrada que o nível de instrução superior completo ou equivalente, quase que triplicou seu percentual de participação na informalidade, sendo que, na mesma medida, o nível de instrução superior incompleto ou equivalente dobrou de 2017 a 2019 sua participação na informalidade.

Indaga-se, dessa forma, se o mercado de trabalho de Sergipe saturou sua capacidade de absorção da mão-de-obra com nível superior, ou se a qualidade do ensino prestado não mais garante a permanência do trabalhador em vagas que requeiram qualificação profissional alinhada aos requisitos dos empregadores na atualidade. Outrossim, tal retrato demonstra situação delicada da realidade empregatícia da sociedade sergipana, que verifica investimentos realizados em educação superior de determinada parcela da população não sendo aproveitadas, e ocupando o mesmo espaço de outro segmento da população que não realizou o mesmo investimento, mas que carrega outros estigmas, a saber, o espaço da informalidade.

A Tabela 13 demonstra o percentual de pessoas com 14 anos de idade ou mais por sexo e nível de instrução verificados na semana de referência da pesquisa, no âmbito do estado de Sergipe.³

Tabela 13 – Nível de instrução por sexo em Sergipe, 2017 e 2019 (%)

Categorias	2017		2019	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	9,5	9,5	7,9	7,9
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	41,9	35,5	42,8	36,0
Ensino fundamental completo ou equivalente	8,6	7,9	7,3	7,6
Ensino médio incompleto ou equivalente	7,7	7,7	6,6	6,9
Ensino médio completo ou equivalente	20,8	24,3	23,4	24,6
Ensino superior incompleto ou equivalente	4,5	4,7	4,2	4,9
Ensino superior completo	7,0	10,4	7,8	12,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Para as pessoas sem instrução o percentual de homens e mulheres manteve resultado igual nos dois períodos analisados: 9,5% para 2017 e 7,9% para 2019. Para a categoria “Ensino fundamental incompleto ou equivalente”, o sexo masculino mantém um resultado no nível de instrução maior do que as declaradas pelo sexo feminino.

Na categoria “Ensino fundamental completo ou equivalente”, no ano de 2017, o sexo masculino obteve um percentual maior do que o feminino, entretanto, no ano de 2019 as mulheres obtêm um resultado de 0,3 ponto porcentual a mais do que o sexo masculino. Para a categoria “Ensino médio completo ou equivalente” o sexo feminino, em 2017, alcança um resultado de 24,3 ponto porcentual, enquanto o sexo masculino, 20,8 ponto porcentual.

No ano de 2019 embora os resultados sejam, em percentuais, próximos, indicam uma tendência a partir desse momento, pois enquanto o percentual do sexo masculino apontou um resultado de 23,4% com nível médio ou equivalente, o percentual de mulheres com o mesmo nível de instrução apresenta um resultado de 24,6%.

Importante salientar que analisar apenas a renda como forma de verificar um panorama da informalidade não contempla o objetivo da pesquisa. Dessa forma, apesar de não ocorrer um

³ Neste caso, por metodologia de aplicação da PNAD os dados remetem ao 2º trimestre de cada ano.

aprofundamento dessas questões ao deste estudo, a situação de gênero e nível de instrução também serão avaliadas.

Assim, a partir do nível de instrução “Ensino médio completo ou equivalente”, o sexo feminino, nesta faixa etária, começa a apresentar um nível de escolarização maior do que o resultado apresentado nas outras categorias de ensino. O que se contrapõe ao fato de que na categoria “Ensino fundamental incompleto ou equivalente” o percentual de mulheres com essa escolaridade apresenta um resultado menor que o resultado dos homens.

Como observado na tabela 13, na categoria “Ensino superior incompleto ou equivalente”, os resultados entre os níveis por sexo apresentam resultados próximos, tendo o sexo feminino em 2019 com 0,5 ponto percentual a mais que o sexo masculino. Contudo 2019 apresenta um resultado interessante ao se analisar que as mulheres representam maior nível de instrução do que os dos homens.

Na Tabela 14 verifica-se os rendimentos médios do trabalhador por nível de instrução no mercado de trabalho sergipano, corrigidos pela inflação do período, utilizando o índice do IPCA.

Tabela 14 – Rendimento médio real do trabalho principal por nível de instrução em Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (R\$)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim.2015	1º Trim.2017	1º Trim.2019
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	763	874	747	571
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	977	1.041	934	864
Ensino fundamental completo ou equivalente	1.291	1.361	1.147	1.203
Ensino médio incompleto ou equivalente	1.342	1.089	1.168	1.058
Ensino médio completo ou equivalente	1.835	1.130	1.827	1.613
Ensino superior incompleto ou equivalente	2.907	2.274	1.844	2.432
Ensino superior completo ou equivalente	5.355	5.482	5.648	4.473

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Os trabalhadores que se enquadram na categoria “sem instrução e menos de 1 ano de estudo”, obtêm os menores rendimentos, tendo o primeiro trimestre de 2019 como o pior resultado aferido nos anos avaliados. O grupo de pessoas que possuem nível fundamental incompleto ou equivalente se aproxima mais em recebimento de valores, das pessoas sem instrução, do que com fundamental completo ou equivalente.

Os rendimentos de quem possui ensino fundamental completo são próximos aos dos trabalhadores que ainda estão cursando ou deixaram de cursar o ensino médio, tendo a formação de nível médio incompleta. No 1º trimestre de 2017, por exemplo, o valor percebido entre as duas categorias se diferenciava em apenas R\$ 20,00. Enquanto a categoria “Ensino fundamental completo ou equivalente” apurou por volta de R\$ 1.137,00, a categoria “Ensino médio incompleto ou equivalente” obteve um rendimento de R\$ 1.157,00.

Já nas categorias seguintes verifica-se um crescimento perceptível de rendimento quando a população avança nos estudos. Ainda de acordo a Rodrigues:

No que se refere ao panorama da informalidade, os principais resultados encontrados são que a informalidade é predominante em determinados grupos de atividade econômica, como exemplo serviços domésticos, agropecuária e construção civil. Além disso, a escolaridade e a informalidade apresentam uma relação inversamente proporcional. Outro aspecto observado é que os rendimentos dos trabalhadores informais são menores e ainda apresentam desigualdades salariais de acordo com a cor/raça, o gênero e a região. (2020, p.63)

Não houve grandes alterações de valores percebidos pela categoria de trabalhadores com ensino médio completo ou equivalente, destacando apenas o 1º trimestre de 2019 onde se verifica o menor rendimento dos anos estudados (R\$ 1.590,00), sendo que no 1º trimestre de 2012 o valor habitualmente pago a essa população era de R\$ 1.813,00, demonstrando uma queda de 12,3%.

Um decréscimo também é identificado entre os vencimentos dos trabalhadores da categoria Ensino superior incompleto ou equivalente, que tiveram uma perda 16,57% dos rendimentos, comparando-se os anos de 2012 a 2019. O caminho não foi diferente para a categoria que se enquadra com nível de instrução “Ensino superior completo ou equivalente”, a qual apresentou uma redução de 16,70% dos rendimentos em 2019, quando comparados a 2012.

Apesar da presente pesquisa não apresentar como objetivo inicial discutir as questões de gênero, sexo ou temas relacionados a essa perspectiva, nesse momento, ressaltar o perfil do trabalhador informal do mercado de trabalho sergipano com esse contorno faz-se necessário, em decorrência de todos os dados levantados demonstrarem ser um fator relevante nas relações de trabalho.

As análises dos resultados da PNAD do IBGE, demonstram que mulheres ganham menos que os homens, apesar de percentualmente se dedicarem mais ao ensino superior, conforme visto anteriormente na Tabela 13, onde o percentual de homens com grau de instrução na categoria “Ensino fundamental incompleto ou equivalente” é maior do que o percentual de mulheres.

A Tabela 15 analisa a desocupação no mercado de trabalho sergipano de acordo ao sexo, e demonstra diferenciação da renda pela cor e sexo.

Tabela 15 – Taxa de desocupação por cor, segundo sexo e renda média real do ocupado em Sergipe, 1º trimestre de 2019

Cor	Taxa de desocupação			Taxa de informalização			Renda média do ocupado		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
Branco	11,0	11,7	11,3	57,6	47,1	52,8	2.366,41	1.814,77	2.121,11
Preto	18,3	16,4	17,4	48,0	53,7	50,8	1.668,03	1.118,43	1.408,77
Amarelo	-	13,7	6,6	-	61,3	43,7	1.501,84	1.367,31	1.442,04
Pardo	13,9	19,5	16,4	55,5	56,7	56,0	1.643,36	1.342,53	1.518,26
Indígena	14,5	10,9	12,9	37,1	88,0	60,6	1.667,13	730,38	1.233,57

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Evidencia-se que mulheres pretas e indígenas constituem o percentual com menores rendimentos médios percebidos, ao passo que também demonstram a desigualdade de rendimentos comparado com profissionais declarados do sexo masculino. Ressalta-se que pessoas declaradas do sexo masculino, brancas, são as que auferem maiores rendimentos declarado, enquanto a maior taxa de desocupação se verifica nas pessoas declaradas como mulheres pardas, enquanto a mulher indígena apresenta a maior taxa de informalização apresentada.

Verifica-se que o percentual de pessoas que obtêm o maior rendimento médio nas categorias estudadas possui nível superior completo ou equivalente. Observa-se, igualmente, que o percentual de mulheres que cursam nível superior mostra-se maior que o dos homens, contudo, o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior em todo o período estudado.

Desse modo, se confirma que o mercado de trabalho sergipano é caracterizado pela baixa escolaridade e possui um percentual elevado de trabalhadores ocupados que não atingiram

os maiores níveis de instrução. Demonstra que os trabalhadores com baixo nível de instrução são absorvidos pelo trabalho informal. Ressalta que o mercado informal absorve maior quantidade de mulheres pretas, pardas e indígenas e o rendimento do trabalhador do sexo masculino de cor branca é maior nos cenários estudados. Assim, o mercado de trabalho sergipano apresenta um quadro ainda mais desafiador para as mulheres, quando observada sua capacidade de absorção da referida mão-de-obra. Portanto, perpetuando estigmas sociais e transparecendo a condição a qual a trabalhadora sergipana é submetida, permanecendo inclusive, em situação de vulnerabilidade.

5 RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

A proposição de estratégias que levem à diminuição da informalidade no mercado de trabalho sergipano poderá ser concretizada a partir da adoção de políticas públicas eficazes baseada também em estudos complementares. De forma a contribuir com a sociedade e para a reflexão de possíveis estudos que abordem a informalidade, algumas indicações serão reunidas nos itens abaixo.

Para tal, após realizado o levantamento dos dados e discussão dos resultados, conclui-se que as variáveis analisadas do mercado de trabalho sergipano trazem um panorama da informalidade muito relacionados aos quesitos rendimento, sexo e nível de instrução, que se alinham aos paradigmas e exemplos encontrados na literatura embasada para realização dessa dissertação.

Pensa-se em propostas integradas entre as áreas, onde a formulação de políticas públicas possa ser articulada de maneira conjunta com as secretarias envolvidas. Dessa forma propõe-se recomendações que visam combater o panorama atual da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

RECOMENDAÇÕES DE AÇÃO PARA REDUZIR PANORAMA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO

1. OBJETIVO

Propõe-se um índice de ações para encaminhamento aos setores públicos responsáveis pela promoção de políticas sociais e econômicas com o intuito de reduzir o panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

2. AÇÕES PROPOSTAS

Com base nas recomendações da OIT para o trabalhador informal, após leituras acerca do tema propõe-se:

- Promover educação empreendedora para trabalhadores do mercado informal, através de parcerias com institutos públicos/privados, com intuito de ensinar/aprimorar boas práticas empresariais e aumentar a produtividade e visibilidade do comércio informal.

- Realizar programa de capacitação profissional e desenvolvimento humano para o público atuante na informalidade, para que a inserção no mercado de trabalho seja facilitada e promova uma melhora na qualidade de vida e na segurança do trabalho.
- Promover através de parcerias locais o acesso ao ensino profissional dos trabalhadores que atuam na informalidade, com vistas a melhorar a capacitação do público-alvo que atua fora da formalidade.
- Incentivar por meio de políticas públicas, a regularização dos serviços prestados na informalidade.
- Ofertar linhas de crédito específicas para quitação de dívidas do trabalhador informal.
- Implementar políticas de saúde pública com atenção à saúde do trabalhador atuante na informalidade.
- Promover melhorias sanitárias em locais necessários como feiras livres e regiões turísticas.
- Ampliar as políticas públicas educacionais para a formação técnica e profissional de jovens e adolescentes.
- Assegurar financiamento público, em nível municipal e estadual para qualificação de jovens de 14 a 24 anos.
- Garantir a concessão de bolsa de estudos para jovens entre 15 e 29 anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário-mínimo, até a conclusão do ensino, atrelada à frequência escolar e à progressão.

6 CONCLUSÃO

O mundo do trabalho apresenta desafios para a sociedade, marcada pelas intensas transformações nas dimensões políticas, econômicas e sociais. O estudo teve como objetivo analisar as características da informalidade do mercado de trabalho sergipano, de 2012 a 2019, conhecendo as suas características ao longo do período estudado. Assim, a investigação dos dados da PNAD Contínua, mostrou que a informalidade está presente em diversas atividades econômicas e se conecta com atividades formais, participando da sua dinâmica de desenvolvimento.

A introdução apresenta a mudança provocada pela globalização que deixou visivelmente demarcada a desigualdade na concentração de riquezas entre os países desenvolvidos e os países emergentes. Nesse sentido, a questão da informalidade apresenta-se como um problema cujo avanço tem sido observado ao longo do tempo. Salientou-se que apesar de certo crescimento da economia ser registrado nos anos 2000, a redução da desocupação representa um cenário diferente da redução da desocupação com emprego formal. Ressalta-se que a pesquisa realizada não trata do período da Pandemia do Covid-19, ou seja, as análises realizadas são referentes ao período pré-pandemia. Contudo, demonstra-se que entre 2020 e 2012 houve agravamento do quadro de desocupação e informalidade, de acordo ao IBGE (2021).

Apresenta-se a informalidade agindo diferentemente entre as classes sociais, sendo mais incidente entre as pessoas de baixa renda, que possuem baixa escolaridade, pretos ou pardos. As políticas públicas, assim, tornam-se necessárias pelo seu papel de resolução de problemas sociais. Nota-se que embora o tema “mercado de trabalho” seja essencial para formulação de políticas públicas, o Estado de Sergipe carece estudos como este, que analisem as características locais e apresentem propostas para resolução das situações encontradas.

O referencial teórico possibilitou aprofundar o tema informalidade através de trabalhos já publicados, construindo assim a base teórica que delineou o andamento do trabalho. Vê-se que o início da conceituação de informalidade remonta à década de 1970, realizado no âmbito de um programa de estudos de iniciativa da OIT. Interessante notar os conceitos apresentados de “velha informalidade” e “nova informalidade”, traduzindo políticas implementadas por Estados e empresas transnacionais que, pela busca de atração de investimentos e redução de

custos, respectivamente, reduzem direitos do trabalhador. Visualiza-se a flexibilização das jornadas de trabalho e a terceirização de serviços como meios para atingir esses objetivos.

A globalização apresenta-se como fator importante nesse contexto, propiciando a desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho e a desterritorialização da produção e internacionalização dos mercados como fatores inerentes ao crescimento da economia informal. Dessa forma a informalidade se apresenta não apenas como um reservatório de mão de obra, mas suas atividades se apresentam numa realidade muito mais próxima da terceirização dos serviços, das flexibilizações das jornadas e principalmente do autoemprego.

Apesar da dissertação não propor que a informalidade nasceu no Brasil na década de 1990, tem-se nessa época no país os impactos da implantação de uma nova moeda e as mudanças no mercado de trabalho, que geraram perdas massivas de empregos. Aliado a isso, o país vivenciou a redefinição do Estado na economia, propondo um estímulo à livre concorrência. Em 2017 o Brasil aprovou a Reforma Trabalhista, que anunciada como uma ação para combater o desemprego, tem seus resultados contestados por permitir a terceirização de todas as atividades das empresas, podendo acarretar perda salarial para o empregado com jornadas de trabalho maiores e poucos direitos adquiridos, aproximando mais o indivíduo da informalidade do que da formalidade.

Entende-se que mundo do trabalho e os seus atores passam por um momento de transformação, contudo, as propostas ora realizadas mostram-se tendenciosas a empurrar a mão de obra menos qualificada para o trabalho informal, acarretando efeitos contrários quando da sua proposição. Assim, a flexibilização e a terceirização das atividades tendem a aproximar o trabalho precário do informal e, de certa forma, torná-los parecidos.

Identificou-se, portanto, que a diferença primordial entre os trabalhadores formais e informais repousa, principalmente, na posse ou não de carteira assinada, igualmente associada à realização ou não de contribuição previdenciária. Isso indica que as categorias informais correspondem aos empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social.

A pesquisa utiliza a estatística descritiva, como método de análise de dados, baseada nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupos de atividade econômica. O período delimitado para a análise do mercado de trabalho, capaz de tornar o

estudo factível, compreende os anos de 2012 a 2019, utilizando os dados da PNAD Contínua trimestral.

Com relação ao tópico “Comportamento da taxa de desocupação”, que inicia a o capítulo “Resultados e Discussões”, estabelece-se um panorama interessante sobre a taxa de desocupação no mercado de trabalho de Sergipe. Verifica-se que o mercado de trabalho sergipano mantinha um patamar razoavelmente estável de desocupação de 2012 a 2015, sofrendo um aumento contínuo de desempregados até 2018. Conclui-se que o comportamento da taxa de desocupação apresenta maior proporção de mulheres desempregadas com relação aos homens.

O tópico “Condição em relação à força de trabalho”, define que as pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, na semana de referência, identificou-se que, apesar do número de mulheres ser maior do que o número de homens na população total, a participação delas na força de trabalho não obedeceu a mesma lógica. Constatou-se que as mulheres ocupam um espaço fora da força de trabalho maior do que os homens, apresentando desequilíbrio quanto ao fator sexo relacionado à inclusão das mulheres na força de trabalho, o que permitiu compreender que o sexo feminino apresenta um maior percentual de participação fora da força de trabalho, ficando mais suscetível a fatores como informalidade, trabalho doméstico, trabalhos precários e condições adversas.

Notou-se que no 1º trimestre de 2017 houve um aumento expressivo no índice de “Força de trabalho – desocupada” e no índice “Fora da força de trabalho”. De acordo com os dados do IPEA (2019), no início de 2017, o agrupamento dos trabalhadores sem carteira assinada apresentou taxas de crescimento interanuais positivas, sendo acompanhada a partir de meados do mesmo ano pelo agrupamento dos trabalhadores por conta-própria.

Observou-se, ainda, que no início de 2017 o agrupamento dos trabalhadores sem carteira assinada passou a apresentar taxas de crescimento interanuais positivas, sendo acompanhada a partir de meados do mesmo ano pelo agrupamento dos trabalhadores por conta-própria. Já o agrupamento dos trabalhadores com carteira assinada mostrou taxas de crescimento interanuais negativas em todo esse período. Isso evidencia que o recuo na população desocupada entre meados de 2017 e 2018 se deve ao aumento do número de trabalhadores nestes dois segmentos associados à informalidade (IPEA, 2019).

Assim, o mercado de trabalho de Sergipe apresenta um desemprego tido como estrutural, uma vez que os percentuais de pessoas desocupadas se revelam preocupantes, e ainda demonstram questões que envolvem inclusive o papel da mulher neste cenário. Também se observa que as mulheres apresentam condição mais fragilizada nesse contexto, se tornando mais suscetíveis a ocuparem uma posição social mais precarizada, em especial nas relações de trabalho informais.

Quanto ao tópico “Ocupação informal em Sergipe”, conclui-se que a informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados. Aliado às exigências do mercado de trabalho, o cenário de Sergipe mostrou-se preocupante, pois contabiliza-se um número significativo de pessoas desocupadas e fora da força de trabalho. Logo, a economia local não gera ocupação formais para a mão-de-obra disponível, uma vez que a informalidade e desocupação cresceram ao longo do período estudado, em contraste com a geração de empregos formais.

Chama a atenção a migração de trabalhadores de carteira assinada para o grupo de trabalhadores sem carteira assinada, tanto no setor privado, quanto os trabalhadores domésticos e no serviço público. Tal migração, aliado ao aumento igualmente notado nas categorias “Empregador” e “Conta Própria”, pode ser entendida como um indício da atuação do trabalhador num cenário de informalidade.

Na parte seguinte, “Distribuição setorial e renda do trabalhador”, percebeu-se a importância da educação para evitar a informalidade, uma vez que se tornou fator decisivo para o desenvolvimento e a revolução tecnológica que transformou a economia nas últimas décadas e criou um ponto de atenção para trabalhadores e empregadores. As novas tecnologias, na medida em que podem excluir atividades, também abrem frentes especializadas, inclusive para aqueles que hoje se encontram excluídos do mercado de trabalho. Acaba sendo uma possibilidade de saída da informalidade, contudo, um caminho difícil em decorrência da dificuldade encontrada pelos trabalhadores em obterem qualificação técnica. Reflete-se a que a desigualdade de renda nasce na desigualdade de oportunidades sociais que impedem que todos partam do mesmo local: educação de qualidade.

O rendimento médio do trabalhador sergipano de carteira assinada oscilou, prevalecendo um cenário de queda em 2019, se comparado ao período anterior. Verifica-se também que para o trabalhador sem registro formal o desempenho foi ainda pior, acarretando

para esta classe possível piora na qualidade do seu trabalho e conseqüentemente na sua saúde e segurança. É destacado que na carreira pública o salário é reajustado à medida que o indivíduo acumula anos de serviço, mesmo que ele continue desempenhando a mesma função, da mesma forma, como sempre o fez, ou seja, com a mesma produtividade. Por isso, em comparativo, tem-se as carreiras na administração pública com a remuneração mais elevada nas categorias selecionadas para esta análise.

Conclui-se que a renda informal se mostra menor que a renda formal praticada em grande parte do período analisado, o que denota a fragilidade social a qual o trabalhador informal é submetido. Confirma-se que o trabalhador doméstico sem carteira assinada afere a menor renda média das categorias de emprego analisadas, e o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior do que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, evidenciando uma disparidade salarial quando comparamos a variável sexo.

O tópico “Instrução por condição de ocupação e renda”, evidencia que os trabalhadores domésticos obtiveram o menor rendimento das categorias analisadas, demonstrando uma fragilidade nas relações laborais que leva esses sujeitos tão essenciais no mercado de trabalho, a se submeterem a condições cada vez mais precárias, além da própria informalidade característica da atividade. Conclui-se que os rendimentos de quem possui ensino fundamental completo são bem próximos aos dos trabalhadores que ainda estão cursando ou deixaram de cursar o ensino médio. Já os profissionais com nível superior auferiram maiores rendimentos que os trabalhadores com ensino médio incompleto. Entretanto, o movimento de queda dos valores percebidos pelos trabalhadores de todos os níveis de instrução, chamou a atenção no panorama dos salários.

Este tópico conclui que o mercado de trabalho sergipano é caracterizado pela baixa escolaridade e evidencia que os trabalhadores com baixo nível de instrução são absorvidos pelo trabalho informal. Importante salientar que analisar apenas a renda como forma de verificar um panorama da informalidade não contempla o objetivo da pesquisa. Dessa forma, apesar de não ocorrer um aprofundamento dessas questões ao longo deste estudo, a situação de gênero e nível de instrução também foi avaliada, concluindo-se que o papel da mulher na informalidade do mercado de trabalho sergipano aparece como um ponto a ser observado em outros estudos em decorrência do seu alto índice se comparado à situação dos homens. Dessa forma o mercado de

trabalho sergipano apresenta-se desafiador para as mulheres, perpetuando estigma sociais e transparecendo a condição a qual a trabalhadora sergipana é submetida.

O capítulo “Recomendações” propõe a adoção de estratégias que levem à diminuição da informalidade no mercado de trabalho sergipano. Com o intuito de contribuir com a sociedade, espera-se que as ações propostas combatam a informalidade, e que possam servir de reflexão para possíveis estudos que abordem o tema.

Dessa forma, as variáveis analisadas do mercado de trabalho sergipano refletiram um panorama da informalidade relacionado aos quesitos rendimento, sexo e nível de instrução, e que os resultados encontrados se alinharam com as discussões apresentadas na literatura que embasou a realização desse estudo. A análise referente aos níveis de instrução evidenciou que as mulheres buscaram maior nível educacional do ensino superior, contudo, a remuneração observada não as iguala em nível salarial aos homens. As diferenças de rendimento permanecem mesmo quando elas têm nível de escolaridade ou assumem cargos e posições equivalentes às do sexo masculino.

A questão da informalidade mostra-se deletéria para o mercado de trabalho sergipano por atrair ao longo do período estudado parte da sociedade que possui nível superior completo. Evidenciando o importante papel da educação como ferramenta para evitar atividades informais, mas, quando não corretamente aplicada, também se torna atraído para um local à margem do mercado de trabalho. Uma vez que o desemprego se mostra estrutural, ações nesse sentido são de vital importância para auxiliar na resolução ou mitigação do problema da geração de emprego.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de políticas públicas que promovam uma igualdade salarial como uma maneira para eliminar as diferenças de rendimento entre homens e mulheres, com o objetivo de qualificar a participação do público feminino no mercado de trabalho, reduzindo o grau de pobreza e melhorando a qualidade de vida.

Aos gestores públicos a pesquisa presente pode trazer informações que sinalizem uma necessidade de melhor planejamento de políticas que sirvam à sociedade de maneira mais plena. Ao se identificar que um nível de trabalhadores vem se inserindo num estado de informalidade, fica perceptível a tendência de piora da situação e a necessidade de planejamento nas áreas da economia, educação e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: Ricardo Antunes (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

ARAÚJO, A. M. C. e LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**. 2013, v. 43, n. 149, pp. 452-477. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>. Acesso em: 25 dez. 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. 2007, v. 37, n. 132, pp. 537-572. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm#:~:text=DECRETA%20%3A-Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 20 out. 2021.

_____. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. **Decreto nº 9.661, de 1º janeiro de 2019**. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9661.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

_____. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019** - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo23. Acesso em: 22 dez. 2021.

BORGES, A.; FRANCO, A.. Economia informal da RMS: verdades e mitos. **Bahia. Análise & Dados**, Salvador. v. 9, n. 3, p. 68-89, 1999.

CACCIAMALI, M.C. Informalidade, flexibilidade e desemprego – necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. **Revista do Departamento de Geografia**, v.10, p. 77-90, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123607/119837>. Acesso em: 23 dez. 2021

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 153–174, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARVALHO, L. A. **Análise do processo de construção e desconstrução das garantias laborais do Brasil: o modelo protetivo dos anos 1930 e a reforma trabalhista de 2017.** Orientador: Cid Olival Feitosa. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Universidade Federal de Alagoas, 2020.

COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, v. 23, p. 171-190, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100011>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

COSTA, S.S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 969-978. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

CUNHA, P. V. A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, n. 1, p. 29-46, 1979.

DAMASCENO, J. O.; BATISTA, C. P.; OLIVEIRA, A. M. C. A reforma trabalhista e as implicações para a saúde do trabalhador. **Revista de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 21, p. e0007, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/156343>. Acesso em: 29 dez. 2021.

DIAS MYRRHA, L. J.; WAJNMAN, S. Características e heterogeneidade do emprego doméstico no Brasil. **Revista da ABET**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15297>. Acesso em: 30 dez. 2021.

DUARTE, P. H. E. Desemprego estrutural e problemática da informalidade. **Revista da ABET**, vol. 13, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25672/13861>. Acesso em: 08 abr. 2022.

FEIJO, C.A., SILVA, D. B.N. e SOUZA, A. C. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Ecinf. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 2, pp. 329-354, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000200007>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; DO AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 17, n. 41, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FRAGA, A. B. e MONTICELLI, T. A. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores. **Revista Estudos Feministas**. v. 29, n. 3, e71312, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n371312>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FREITAS, M.B. e RODRIGUES, S. C. A. Determinantes sociais da saúde no processo de trabalho da pesca artesanal na Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro. **Saúde e Sociedade**. 2015, v. 24, n. 3, pp. 753-764. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015126063>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMEZ, C. M. e THEDIM-COSTA, S. M. S. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. 1999, v. 4, n. 2, pp. 411-421. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000200015>>. Acesso em: 24 ago. 2021

GUEDES, M.C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. 2008, v. 15, pp. 117-132. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

DEFLACIONAMENTO dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 3 p. Nota técnica explicativa da PNAD Contínua, out. 2018. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Notas_tecnicas/nota_tecnica_02_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 01 jun. 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Notas técnicas versão 1.9**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101868_notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 01 jan. 2022

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=destaques>> Acesso em: 16 jan. 2022

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, BPS, n°. 26. Brasília: Ipea, 2019.

HALLAK NETO, J., NAMIR, K. e KOZOVITS, L. Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais - 2000/07. **Economia e Sociedade**. 2012, v. 21, n., pp. 93-113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000100004>>. 1 Acesso em: 18 dez. 2021.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, vol. 24, núm. 1, 2011, pp. 15-22

IVO, A. B. L. (coord.). **Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013, pp 330-336

LACAZ, F. A. C. A (Contra) Reforma Trabalhista: lei 13.467/2017, um descalabro para a Saúde dos Trabalhadores. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2019, v. 24, n. 3, pp. 680. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.01452019>>. Acesso em: 28 out. 2021

LAKATOS, E. M., MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica – 5º ed – São Paulo: Atlas, 2003**

MAGALHÃES, M.N.; LIMA, A.C.P. **Noções de probabilidade e estatística**. 2. ed. São Paulo: IME-USP, 2000. ix, 379p.

MAIA, A.G. Transformações no mercado de trabalho e desigualdade social no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 34-35, Dec. 2006. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2021.

MELO, H. P., MORANDI, L. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 105-125, 16 jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45884>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MTE. **Cadastro geral de empregados e desempregados: CAGED**. Brasília: MTE, 2020.

NERI, M.C., FONTES, A. “**Informalidade e Trabalho no Brasil: Causas, Consequências e Caminhos de Políticas Públicas**” Rio de Janeiro, RJ – 2010 - FGV Social. Disponível em: <<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/es61-Informalidade-e-trabalho-no-Brasil-causas-consequencias-e-caminhos-de-Politiclas-Publicas-Marcelo-Neri.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2022

NEVES, M.A. e PEDROSA, C.M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho à domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**. 2007, v. 22, pp. 11-34. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000100002>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, 2003.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.

OIT. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2021

PÉREZ-SÁINZ, J.P. Globalización y neoinformalidad en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 135, p. 36-34, En./Feb. 1995.

POCHMAN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRONI, M. H.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados** [online]. 2015, v. 29, n. 85, pp. 137-151. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500010>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RATTNER, H. Globalização: em direção a um mundo só? **Estudos avançados**. 1995, v. 9, n. 25 pp. 65-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300005>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RIBEIRO, R. M.; DE JESUS, R. S. A inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1366>. Acesso em: 5 jan. 2022.

RINALDI, P.N., MACHADO, R.S. **Globalização e regionalismo: guia de estudos** Facamp Model United Nations. Campinas: FACAMP, 2014.

RODRIGUES, I.C.P. **A informalidade no mercado de trabalho: um panorama e uma análise do caso das trabalhadoras domésticas** - Varginha, MG. 2020. 65 f. Orientador: Lincoln Thadeu Gouvêa de Frias. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, 2020.

ROSSI, T., OLIVEIRA, E. A. A. Q. A questão do desemprego no Brasil. In: Anais do IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino Americano de PósGraduação – Universidade do Vale do Paraíba. – São José dos Campos – SP: UNIVAP, 2005.

SANCHES, S. **Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente**. Revista Estudos Feministas [online]. 2009, v. 17, n. 3, pp. 879-888. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300016>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SANCHES, S.e GEBRIM, V. L. M. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos Avançados**. 2003, v. 17, n. 49, pp. 99-116. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300007>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SANTOS, G.P.G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**. 2008, v. 19, n. 2, pp. 151-161. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200011>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENE, T.S. Desemprego e precarização, duas dimensões da crise do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Pegada**. 2005, v.6, n.2. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1318/1315>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

SILVA, E. L. DA; COSTA, L. C. DA. O DESEMPREGO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990. **Emancipação**, v. 5, n. 1, 11

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SEGNINI, L.R.P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**. 2000, v. 14, n. 2, pp. 72-81. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200011>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STANDING, G. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TONI, M. **Para onde vai o mercado de trabalho?: a tendência à precarização das relações de trabalho: um estudo da região metropolitana de Porto Alegre** [manuscrito]. 2004.

VAZ, D.V. e HOFFMAN, R. Remuneração nos serviços no Brasil: o contraste entre funcionários públicos e privados. **Economia e Sociedade**. 2007, v. 16, n. 2, pp. 199-232. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000200004>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO

Relatório técnico referente a Dissertação de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP – realizado na Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, consta a partir da página seguinte.



Relatório/Produto Técnico Tecnológico

**Propostas de ações para redução da
informalidade no mercado de trabalho
Sergipano**

www.posgraduacao.ufs.br/profiap



Autores

Claudimir dos Santos Matos Junior¹

Kleber Fernandes de Oliveira²

1: Claudimir dos Santos Matos Junior (autor)

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe

Egresso do PROFIAP/UFS

E-mail: <claudimir.cm@gmail.com>

2: Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira (orientador)

Docente da Universidade Federal de Sergipe

E-mail: <koliveira@academico.ufs.br>



RESUMO

As transformações sociais em todas as suas dimensões atingem também o mercado de trabalho que tem sido marcado pelo direcionamento de uma parcela significativa da população economicamente ativa para o desempenho de atividades laborais caracterizadas como informais. O estudo analisa quais as características da informalidade no mercado de trabalho sergipano entre os anos de 2012 e 2019. Desse modo, tem como objetivo analisar a informalidade do mercado de trabalho sergipano, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas, através de dados da PNAD Contínua no período de 2012 a 2019. O recorte temporal compreende os anos de 2012, 2015, 2017 e 2019, de modo a permitir uma comparação dos resultados a longo prazo, bem como a pesquisa realizada não trata do período da Pandemia do Covid-19, ou seja, as análises realizadas são referentes ao período pré-pandemia. O recorte espacial trabalhado no texto compreende o Estado de Sergipe, em virtude das taxas de desocupação e informalidade se mostrarem relevantes para a construção da pesquisa, de acordo aos dados do IBGE. Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, descritiva, exploratória, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva. Trata-se de pesquisa bibliográfica viabilizada por uma revisão da literatura na área de autores que trabalham o tema, e uma pesquisa documental. A análise da renda real mostra que o rendimento médio do trabalhador sergipano de carteira assinada, posicionou-se em movimento de queda no ano de 2019. Confirma a posição mais fragilizada da mulher no mercado de trabalho, seja pela sua inserção na informalidade ou pela percepção de menores salários mesmo quando detentoras de altos níveis de escolaridade. A principal contribuição do estudo se mostra na criação de um panorama que revela condições socioeconômicas importantes na criação de políticas públicas, uma vez que os resultados reforçam a necessidade de abordagem do tema, apresentando a informalidade como deletéria na economia sergipana, impactando diretamente a sociedade e a atuação dos agentes públicos. Dessa forma, a partir dos estudos realizados, foi possível apresentar um relatório técnico onde é apresentada uma recomendação de ações para melhora do panorama da informalidade.

Palavras-chave: Informalidade; Mercado de trabalho; Trabalhador informal



ABSTRACT

Social transformations in all their dimensions also affect the labor market, which has been marked by the direction of a significant portion of the economically active population to the performance of labor activities characterized as informal. The study analyzes what are the characteristics of informality in the labor market of Sergipe between the years 2012 and 2019. Thus, it aims to analyze the informality of the labor market in Sergipe, based on the variables gender, education level, income, position in occupation and grouping of economic activities, through data from PNAD Continuous in the period 2012 to 2019. The temporal cutout comprises the years 2012, 2015, 2017, and 2019, in order to allow a comparison of the results in the long term, as well as the research carried out does not deal with the Covid-19 Pandemic period, i.e., the analyses carried out refer to the pre-pandemic period. The spatial cutout worked on in the text includes the state of Sergipe, because the rates of unemployment and informality are relevant for the construction of the research, according to data from the IBGE. As for the methodology, the research can be considered qualitative, descriptive, exploratory, using descriptive statistics as a method of data analysis. This is a bibliographical research made possible by a review of literature in the area of authors who work on the theme, and a documentary research. The analysis of the real income shows that the average income of the sergipan worker with a signed portfolio, positioned itself in a downward movement in the year 2019. This confirms the weakened position of women in the labor market, either by their insertion in informality or by the perception of lower wages even when they have high levels of education. The main contribution of the study is shown in the creation of a panorama that reveals important socioeconomic conditions for the creation of public policies, once the results reinforce the need to address the theme, presenting informality as deleterious in the economy of Sergipe, directly impacting society and the performance of public agents. Thus, from the studies carried out, it was possible to present a technical report where a recommendation of actions to improve the informality panorama is presented.

Key words: Informality; Job market; Informal worker



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



1 TÍTULO

Mercado de trabalho em Sergipe: características da informalidade entre 2012 e 2019.

2 RESUMO

A agenda pública deve nortear os programas e os projetos a serem implementados pelos governantes. Por este motivo são observadas questões sociais que tenham a necessidade de serem resolvidas pelo poder público. O trabalho da governança deve se alinhar com as mudanças percebidas na sociedade, inclusive, no mercado de trabalho ponto cerne desse estudo.

Dessa forma, o presente relatório teve como objetivo realizar uma análise da informalidade do mercado de trabalho sergipano, por meio de uma análise estatística exploratória, com base nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupamento de atividades econômicas. A análise de dados foi realizada nos anos de 2012 a 2019 utilizando a base de dados da PNAD Contínua, e as questões norteadoras da pesquisa são relacionadas ao dinamismo do mercado de trabalho e como se deu a informalidade ao longo do período analisado.

O estudo do mercado de trabalho informal mostrou-se um tema relevante, em decorrência do crescimento desse fenômeno a nível mundial, de modo que os efeitos são sentidos no âmbito nacional. Assim, surgiu o interesse em se fazer um recorte para o estudo do Estado de Sergipe, por apresentar elevados índices, geralmente acima da média de informalidade do Brasil e do Nordeste, de acordo com os dados do IBGE (2019), e por ser o local de instalação da universidade onde se desenvolve a pesquisa, de modo a permitir a produção de conhecimento capaz de oferecer um retorno social.

Para tanto, essa dissertação investigou os aspectos que caracterizaram a informalidade sergipana ao longo dos anos e a relação entre as variáveis de nível de instrução, ocupação,

desocupação, rendimento e grupos de atividades econômicas da população disponível para o mercado de trabalho, de modo a ampliar o acervo científico diante de um tema pouco explorado.

No tocante aos aspectos metodológicos, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, e a metodologia utilizada foi a estatística descritiva, tendo como finalidade delinear as características da população do mercado de trabalho sergipano. A pesquisa realizada também pode ser considerada exploratória, e quanto aos procedimentos pode ser considerada bibliográfica e documental. Os dados coletados utilizados no estudo basearam-se na PNAD Contínua do IBGE. Para observar possíveis mudanças analisou-se um recorte temporal de aproximadamente 8 anos.

A pesquisa conforme Gil (1999), pode ser definida como:

“o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.”

Ainda para Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Justificou-se a realização de uma análise estatística exploratória e descritiva em decorrência de poucos trabalhos realizados com este intuito. Por meio desse tipo de análise é possível encontrar um panorama sobre o assunto abordado, de forma a encontrar temas que podem subsidiar futuras pesquisas.

Dessa forma a presente pesquisa consistiu em apresentar um panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano, utilizando como método de análise de dados a estatística descritiva, baseada nas variáveis sexo, nível de instrução, rendimento, posição na ocupação e grupos de atividade econômica. Segundo Magalhães (2000), a estatística descritiva busca descrever de forma resumida os dados de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado

Destaca-se que as relações de trabalho atualmente existentes perpassam pela flexibilização e informalidade, que são as principais formas do trabalhador obter sustento em ambientes de dificuldades econômicas. O fato de o trabalhador ficar exposto às transformações

socioeconômicas e depender quase exclusivamente do acaso ou das necessidades de serviço em épocas distintas, o coloca em situação de fragilidade e precariedade no mercado de trabalho de maneira perigosa, empurrando-o para a informalidade.

3 INSTITUIÇÕES

Governo do Estado de Sergipe e/ou municípios.

4 PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

Gestores públicos dos municípios do Estado de Sergipe, e demais servidores envolvidos na definição de políticas públicas relacionadas a emprego, economia e desenvolvimento social.

5 DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

As formas de trabalho atualmente se perpassam muito pela flexibilização e informalidade, que é a principal forma do trabalhador obter sustento em ambientes de dificuldades econômicas. No Brasil, por exemplo, de acordo aos dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019) no 1º trimestre de 2019, 38,3% das pessoas em idade de trabalhar foram classificadas como fora da força de trabalho (65,3 milhões). E a região Nordeste foi a que apresentou a maior parcela de pessoas fora da força de trabalho, obtendo um resultado de 45,5%, com a região Centro-Oeste (33,8%) com o menor percentual nesse índice.

Analisando os dados do Estado de Sergipe, tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE, verificou-se que o nível desocupação da sociedade sergipana foi de 15,5% no primeiro trimestre de 2019 (IBGE, 2019). E o percentual de pessoas ocupadas por conta própria ficou em 29,3% enquanto o percentual de pessoas com carteira assinada ficou em 60,9% (IBGE, 2019).

Os índices apresentados chamaram atenção devido a informalidade poder ser entendida como qualquer atividade exercida pelo trabalhador que seja desenvolvida por sua conta, tendo como características a ausência de direitos, falta de carteira assinada, baixa qualidade no trabalho, falta de proteção social e baixa desempenho.

O Estado de Sergipe, onde se assentou a pesquisa, identificou-se de acordo aos dados do 1º trimestre de 2019 da PNAD Contínua do IBGE, que as pessoas que se encontravam fora da força de trabalho somaram 771.000 pessoas, equivalente a 57,7% da população economicamente ativa do Estado. Enquanto a taxa de desocupação no mesmo período obteve um resultado de 163.000 pessoas, 15,5% dessa população. O resultado seguiu a mesma tendência de resultados apresentados na região Nordeste, demonstrando o quanto a questão carece da atuação do poder público para minimizar esses índices.

Dessa maneira, observando as questões relacionadas às transformações sociais e econômicas, teve-se como problema da pesquisa a seguinte questão estabelecida: como tem se configurado o crescimento da informalidade no mercado de trabalho e quais as suas características?

6 OBJETIVOS

Analisar as características da informalidade do mercado de trabalho sergipano, de 2012 a 2019, conhecendo as suas características ao longo do período estudado.

6.1 – Objetivos Específicos

- Identificar as características dos trabalhadores informais do mercado de trabalho do Estado de Sergipe.
- Analisar as variáveis que demonstrem os postos de trabalho mais inseridos na informalidade;
- Observar as categorias de trabalhadores possíveis a migrarem para informalidade.

7 ANÁLISE / DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Para efetuar a análise/diagnóstico da situação problema foram escolhidas as variáveis que possibilitassem observar possíveis relações entre elas. Dessa maneira a pesquisa utilizou os conceitos das variáveis que são aplicados pelo IBGE (2019), a saber:

- **Sexo**
Indica o sexo do morador, as pessoas são classificadas como homem ou mulher.
- **Nível de instrução**

As pessoas são classificadas de acordo ao nível de instrução alcançado, independentemente da duração dos cursos frequentados.

- **Pessoas em idade de trabalhar**

Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

- **Condição de Ocupação**

As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

- *Pessoas Ocupadas*

São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

- *Pessoas Desocupadas*

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

- **Condição em relação à força de trabalho**

Quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.

- *Pessoas na força de trabalho*

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

- *Pessoas fora da força de trabalho*

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

- **Rendimento Médio Real Habitual das Pessoas Ocupadas em Todos os Trabalhos**

É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência.

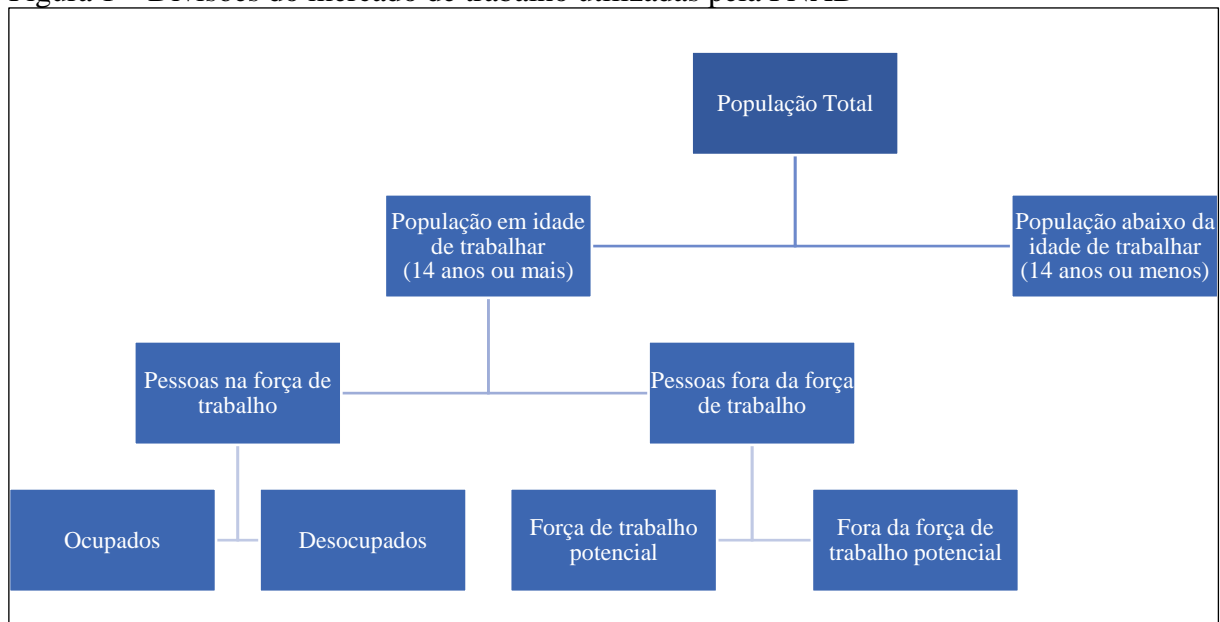
Entende-se que a diferença primordial entre os trabalhadores formais e informais diz respeito à posse de carteira assinada igualmente associado à contribuição previdenciária. Indica que as categorias informais correspondem aos empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social.

Define-se o trabalhador informal como aquele que exerce atividade no setor privado sem carteira assinada, realiza atividade doméstica sem carteira assinada, empregador sem registro de CNPJ, trabalhador por conta própria que não recolhe à previdência e trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2021).

A ocupação é a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava (IBGE, 2021). A posição na ocupação também pode ser definida em função do contrato de trabalho acertado entre uma pessoa e a organização, realizado de maneira formal ou informal.

A Figura 1, apresenta as divisões utilizadas pela PNAD utilizadas na pesquisa sobre trabalho e rendimento.

Figura 1 – Divisões do mercado de trabalho utilizadas pela PNAD



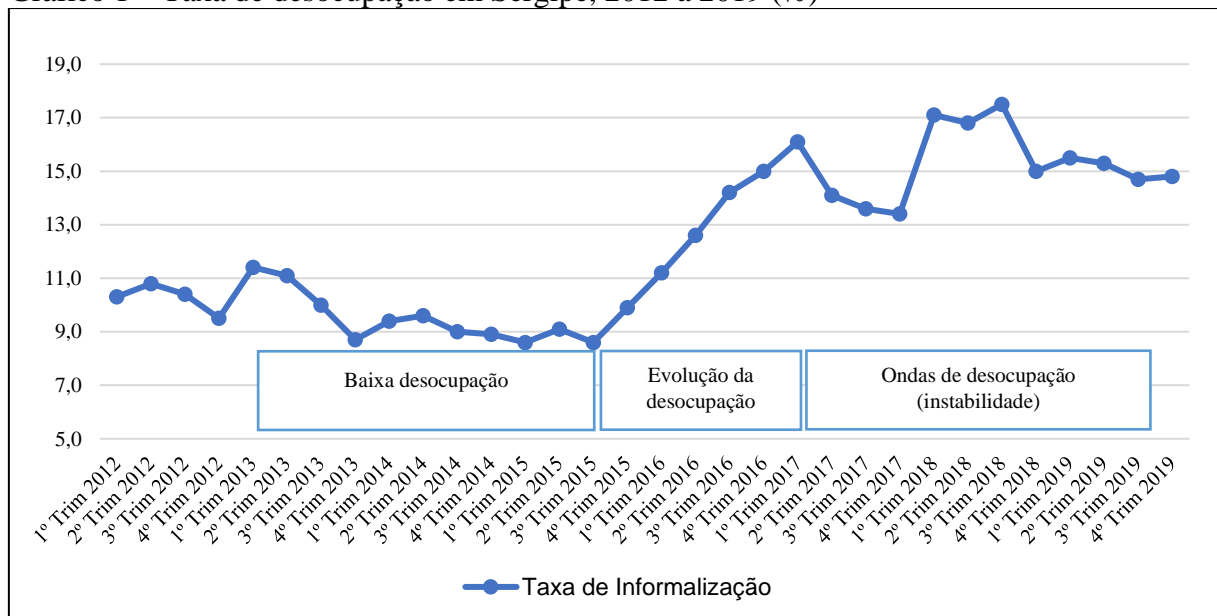
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do manual metodológico da PNAD Contínua (IBGE)

A taxa de desemprego mostra-se como importante indicador socioeconômico pois pode demonstrar, ainda que indiretamente, como está a economia da região estudada.

O Gráfico 1, apresenta dados trimestrais referentes aos anos de 2012 a 2019, do mercado de trabalho de Sergipe, e demonstra três comportamentos:

- Primeiro período: entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2015 observa-se a taxa caracterizada pelo relativo nível de baixa desocupação, reduzindo o percentual de quase 10,5% do primeiro trimestre de 2012 para 8,7% no primeiro trimestre de 2015.
- Segundo período: nota-se um aumento expressivo na taxa de desocupação no quarto trimestre de 2015, com o percentual de 10,1%, marcado por uma contínua elevação do índice até o quarto trimestre de 2017, alcançando o patamar de 13,6%.
- Terceiro período: percebe-se um movimento de queda dos percentuais de desocupação a partir do quarto trimestre de 2018, atingindo 15,2% e mantendo certa estabilidade até o quarto trimestre de 2019, com uma taxa de 15,0%.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação em Sergipe, 2012 a 2019 (%)



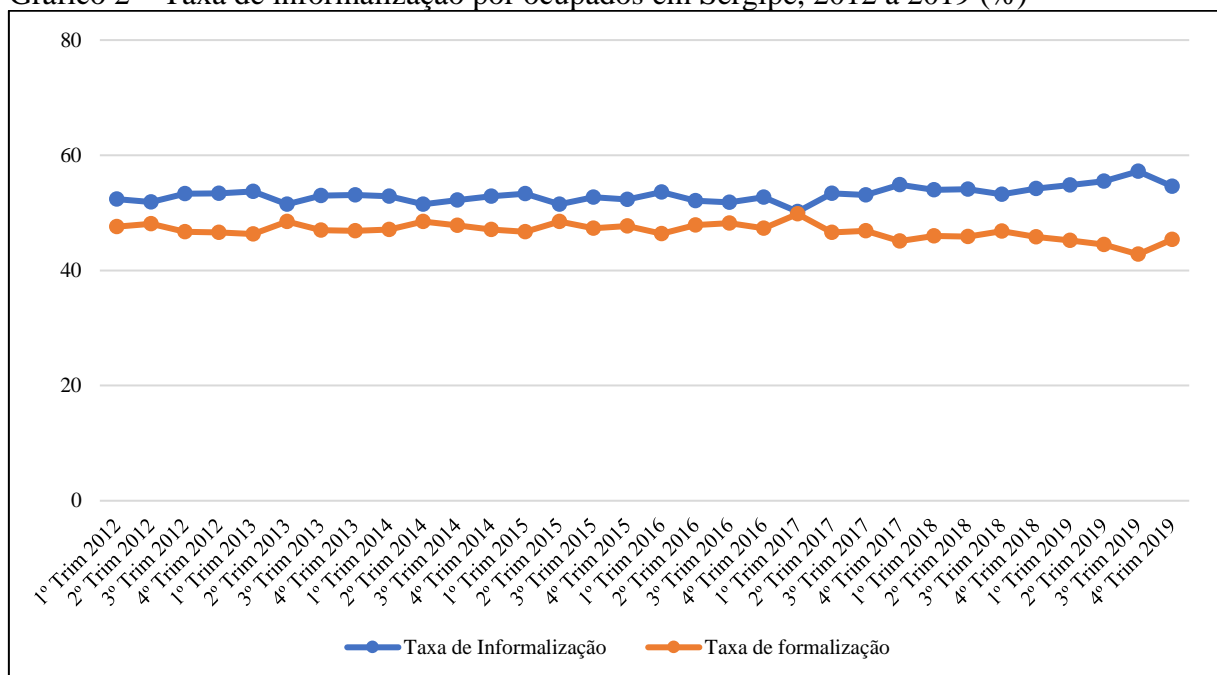
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Estabelece-se um panorama interessante sobre a taxa de desocupação no mercado de trabalho de Sergipe, onde, a partir do exposto, verifica-se que o mercado de trabalho sergipano mantinha um patamar razoavelmente estável de 2012 a 2015. A partir de então, sofreu um aumento contínuo do número de desempregados, onde observa-se uma queda nos três trimestres seguintes e uma retomada do crescimento do índice até o terceiro trimestre de 2018, quando se verificou o maior percentual da taxa de desocupação, ficando em 17,6%, quando voltou a manter um patamar de estabilidade. Entretanto, a estabilidade observada corresponde a um percentual mantido no patamar de 15% de desocupados, diferente dos 10,2% e até mesmo 8,7% observados outrora.

A análise dos dados relativos aos distintos setores econômicos mostrou que a ocupação informal está presente em diversas atividades econômicas, e se conecta com atividades formais, participando da sua dinâmica de desenvolvimento.

O Gráfico 2 evidencia a persistência da informalidade em Sergipe sempre superior a 50% dos ocupados, indicando a partir do terceiro trimestre de 2017 uma tendência de alta.

Gráfico 2 – Taxa de informalização por ocupados em Sergipe, 2012 a 2019 (%)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Com base nesses dados, pode-se dizer que a informalidade em Sergipe se caracteriza como estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados. Como já mencionado, a informalidade não é algo novo no país, muito no

menos no estado de Sergipe, contudo, o resultado demonstrado evidencia a necessidade de políticas públicas próprias para o combate da informalidade, diferente das que são utilizadas no combate ao desemprego de maneira geral.

Para o trabalhador, as consequências vão desde a perda de garantias da legislação trabalhista, recolhimento de impostos e outros benefícios. Para a gestão pública, dificulta as ações de planejamento, aumenta a preocupação com programas sociais e provoca um déficit na arrecadação justamente pelos impostos não recolhidos.

Na Tabela 1, pode-se observar que a população total do Estado de Sergipe cresceu do 1º trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019 em 148 mil pessoas. Um aumento interessante para o estado que manteve uma média no período estudado de 16,4 mil novos habitantes por ano

Tabela 1 – População por sexo, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

Trimestre x Sexo	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim.2019
Homens	1.062	1.085	1.093	1.103
Mulheres	1.081	1.123	1.157	1.189
Total	2.143	2.208	2.250	2.291

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Observou-se um crescimento contínuo de mulheres sendo absorvidas para fora da força de trabalho ao longo dos anos no Estado de Sergipe. No início do estudo, os dados iniciais já demonstraram um desequilíbrio quanto ao fator sexo relacionado à inclusão na força de trabalho das mulheres. O que permitiu compreender a relação entre um maior percentual de participação fora da força de trabalho e a suscetibilidade das mulheres a fatores como informalidade, trabalho doméstico, trabalhos precários e condições adversas.

Quando feita a divisão desses números da população por sexo, verifica-se que o quantitativo de pessoas do sexo feminino manteve-se à frente no período estudado, com uma população de 1.189.000, representando cerca de 51,9% do resultado total. Algo que corrobora com os dados própria PNAD Contínua de 2019 quando informa que o número de mulheres no Brasil é superior ao número de homens, sendo a população brasileira composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres (IBGE, 2019).

A porcentagem de distribuição da população por sexo no Estado de Sergipe segue o mesmo curso nacional, conforme dados coletados pelo IBGE. Evidente que as características

sociais e econômicas de cada região traçarão diferenças em sua população, entretanto, essa primeira análise demonstra existir uma quantidade de mulheres maior do que a quantidade de homens, o que infere na possibilidade de maior participação de mulheres no mercado de trabalho.

Os dados da Tabela 2, evidenciam que o número de mulheres na força de trabalho é notadamente inferior ao de homens, demonstrando a importância de considerar a questão de gênero na definição de políticas públicas.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho e fora da força de trabalho, na semana de referência em Sergipe, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

	Total		Na força de trabalho			Fora da força de trabalho		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2012	1.062	1.081	563	384	947	214	434	648
2015	1.085	1.123	611	430	1.041	218	446	664
2017	1.093	1.157	580	413	993	269	508	776
2019	1.103	1.189	599	464	1.063	251	481	732

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

As pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, na semana de referência, do estado de Sergipe, apresentam um número de mulheres superior ao número de homens nessa mesma faixa etária populacional, todavia, a participação delas na força de trabalho não obedece a mesma lógica. Destaque para o 1º trimestre de 2015, onde é percebida a maior diferença de participação entre homens e mulheres na força de trabalho, identificando-se um contingente de 135 mil pessoas do sexo masculino a mais do que pessoas do sexo feminino.

A comparação das duas tabelas (1 e 2), reforçou que as mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade social e com maiores chances de ocuparem atividades informais. Essa análise apresentou um panorama de qual sexo fica mais exposto à informalidade e de como políticas públicas podem ser implementadas para atender a necessidade do público feminino que, por obter menores ganhos e ser maioria da população, acaba ocupando cargos com piores qualidades e normalmente sem proteção da legislação.

A obtenção desses dados mostra-se relevante, portanto, como uma forma de exposição de um cenário passível de mudanças, mas, para isso necessita do desenvolvimento de estratégias

que visem a redução de possíveis desigualdades ou disparidades nos aspectos sociais da população.

Dessa maneira, o mercado de trabalho de Sergipe aponta um crescimento nos trabalhadores sem carteira assinada, que exercem atividades no setor privado bem como atividades domésticas. Ainda evidencia um crescimento significativo nos trabalhadores por conta própria, quando comparados os resultados de 2012 a 2019. Dessa maneira, como incorporar essa mão de obra para a cobertura formal das relações de trabalho? Ou ainda, quais postos de trabalho são necessários para absorver os trabalhadores que atuam na informalidade?

Adiante, a Tabela 3 demonstra a posição da ocupação por categoria de trabalho principal, observando que a atividade realizada pelo trabalhador impacta diretamente na sua renda e qualidade de vida.

Tabela 3 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Mil pessoas)

Categorias	1º Trim. 2012	1º Trim. 2015	1º Trim. 2017	1º Trim. 2019
Empregados no setor privado				
com carteira assinada	234	268	243	233
sem carteira assinada	139	118	117	154
Trabalhador doméstico				
com carteira assinada	11	11	13	12
sem carteira assinada	41	39	32	45
Empregado no setor público				
com carteira assinada	25	13	14	12
sem carteira assinada	21	20	18	29
militares e estatutários	84	101	94	84
Empregador	29	33	33	35
Conta Própria	234	301	203	258
TOTAL	848	951	831	898

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

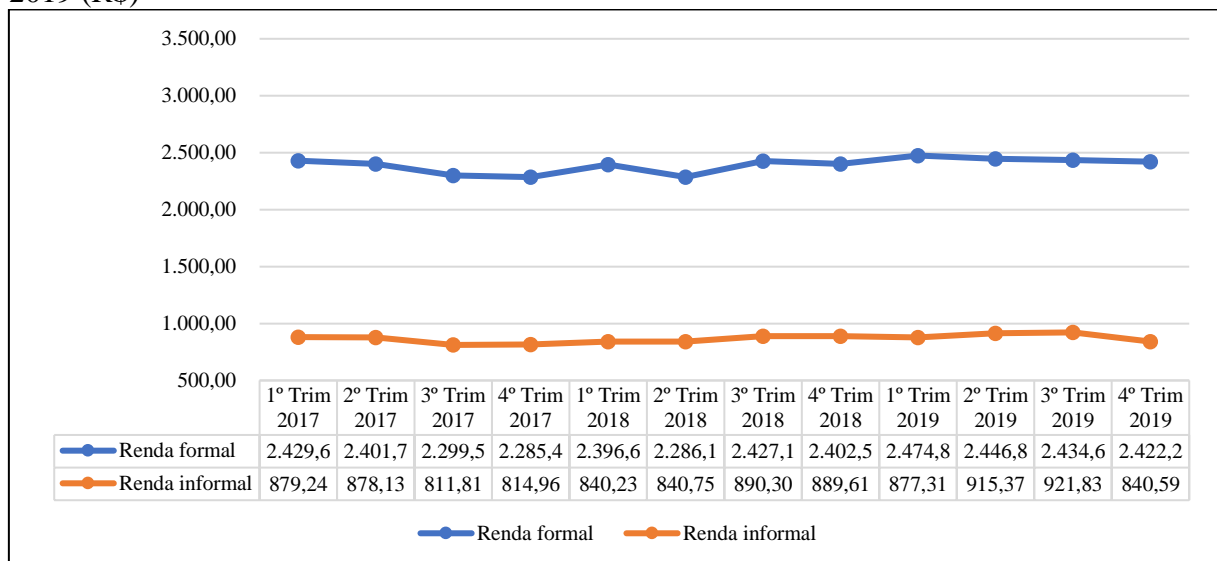
Verificam-se diferenças em relação às atividades econômicas ocupadas pela população. Por exemplo, os empregados do setor privado ocupam a principal posição no mercado de trabalho e, assim como o trabalho doméstico, pode ser dividido em categorias “com carteira assinada” e “sem carteira assinada”.

O trabalhador doméstico sem carteira assinada teve uma queda no seu rendimento de 2012 a 2019, enquanto os militares e estatutários seguiram um padrão de aumento ao longo dos anos, enquanto os maiores rendimentos percebidos são dos trabalhadores com carteira assinada. Impressiona que o salário dessa categoria dobra do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019, passando de R\$ 3.038,00 para R\$ 6.829,00 respectivamente.

Dessa forma, evidencia-se que informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados, evidenciado pelo número significativo de pessoas desocupadas e fora da força de trabalho. Portanto, a mudança dos trabalhadores para ocupações informais impacta diretamente na renda, qualidade de vida, e condição de empregabilidade. Assim, os dados apresentados demonstram a incapacidade da economia sergipana de gerar condições de ocupações informais para a população.

A diferença de renda mostra-se como um fator relevante na economia sergipana, pois, ainda que por uma percepção simplória os dados levem ao entendimento que a condição ocupada pelo trabalhador definirá seu salário, essa análise omite o problema estrutural básico da desigualdade na sociedade sergipana. O Gráfico 4 confirma a disparidade salarial existente entre os trabalhadores formais e informais. Os valores reais foram obtidos utilizando-se como índice o INPC, divulgado pelo IBGE e tem como base a data de referência da pesquisa.

Gráfico 4 – Renda trabalho formal x informal, Sergipe, 1º trimestre de 2017 a 4º trimestre de 2019 (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Na Tabela 4 verifica-se os rendimentos médios do trabalhador por nível de instrução no mercado de trabalho sergipano, corrigidos pela inflação do período, utilizando o índice do IPCA.

Tabela 4 – Rendimento médio do trabalho principal, por nível de instrução, Sergipe, 1º trimestre, 2012, 2015, 2017 e 2019 (Reais)

Categorias	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre	1º Trimestre
	2012	2015	2017	2019
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	763	874	747	571
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	977	1.041	934	864
Ensino fundamental completo ou equivalente	1.291	1.361	1.147	1.203
Ensino médio incompleto ou equivalente	1.342	1.089	1.168	1.058
Ensino médio completo ou equivalente	1.835	1.130	1.827	1.613
Ensino superior incompleto ou equivalente	2.907	2.274	1.844	2.432
Ensino superior completo ou equivalente	5.355	5.482	5.648	4.473

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Verifica-se que o rendimento médio do trabalhador por nível de instrução apresentou uma proposição lógica no mercado de trabalho sergipano. Os trabalhadores que não possuíam instrução ou possuíam menos de um ano de estudo alcançaram os menores rendimentos.

O grupo de pessoas que possuíam nível superior completo ou equivalente apresentaram os melhores resultados. Entretanto observou-se uma lógica inversa, com valores para os níveis de escolaridade mais altos caindo de acordo com período estudado. De maneira geral, ocorreu um movimento de queda dos valores percebidos quando analisados os períodos de 2012 a 2019.

A Tabela 5 demonstra o percentual de pessoas com 14 anos de idade ou mais por sexo e nível de instrução verificados na semana de referência da pesquisa, no âmbito do estado de Sergipe.⁴

⁴ Neste caso, por metodologia de aplicação da PNAD os dados remetem ao 2º trimestre de cada ano.

Tabela 5 – Nível de instrução por sexo, Sergipe, 2017 e 2019 (%)

Categorias	2017		2019	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução	9,5	9,5	7,9	7,9
Ensino fundamental	41,9	35,5	42,8	36,0
Ensino fundamental completo	8,6	7,9	7,3	7,6
Ensino médio incompleto	7,7	7,7	6,6	6,9
Ensino médio completo	20,8	24,3	23,4	24,6
Ensino superior incompleto	4,5	4,7	4,2	4,9
Ensino superior completo	7,0	10,4	7,8	12,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Verifica-se que o percentual de pessoas com 14 anos de idade ou mais por sexo e nível de instrução verificados na semana de referência da pesquisa. Os resultados apontaram que na categoria “Ensino fundamental completo ou equivalente” no ano de 2017 o sexo masculino obteve um percentual maior do que os das mulheres, entretanto, o ano de 2019 o sexo feminino obtém um resultado de 0,3 ponto porcentual a mais do que o sexo masculino. Já para a categoria “Ensino médio completo ou equivalente” o sexo feminino em 2017 obtém um resultado de 24,3 ponto porcentual enquanto o sexo masculino obtém um resultado de 20,8 ponto porcentual.

O ano de 2019 apresentou resultados próximos, em percentuais, indicando uma tendência a partir desse momento, pois enquanto o percentual do sexo masculino apontou um resultado de 23,4% com nível médio ou equivalente, o percentual de mulheres com o mesmo nível de instrução apresentou um resultado de 24,6%, evidenciando uma disparidade nos resultados.

Durante o estudo, percebe-se que o rendimento médio do trabalhador sergipano com carteira assinada oscilou durante o período estudado, mantendo-se em queda no primeiro trimestre de 2019. Ressalta-se que os rendimentos apresentados foram deflacionados pelo INPC, tendo como data base a data de referência da pesquisa. Dessa forma, a renda é real, e não nominal.

Contudo, para concluir que a renda dos trabalhadores aumentou ou diminuiu deve-se aplicar a correção inflacionária do período. Sendo assim, tomar-se-á por base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que é utilizado para observar a inflação, a partir da variação dos preços de um conjunto de produtos e/ou serviços que são oferecidos no mercado para o consumidor.

A Tabela 6 comprova um resultado de perdas salariais em todas as categorias quando aplicadas as correções do IPCA.

Tabela 6 – Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal em Sergipe, 2012 a 2019, com correção do IPCA (R\$)

Trimestre	2012	2012*	2015	2015*	2017	2017*	2019	2019*
Empregado setor privado								
com carteira assinada	1.947	1.970	1.082	1.123	2.131	2.151	2.078	2.109
sem carteira assinada	841	851	1.059	1.099	688	694	744	755
Trabalhador doméstico								
com carteira assinada	1.150	1.171	1.307	1.357	1.335	1.347	1.332	1.352
sem carteira assinada	642	649	661	686	662	668	578	586
Empregado setor público								
com carteira assinada	3.640	3.684	4.171	4.330	6.617	6.680	8.105	8.227
sem carteira assinada	2.942	2.978	2.187	2.270	3.446	3.479	1.861	1.889
militares e estatutários	4.909	4.969	4.603	4.779	4.883	4.930	4.847	4.920
Empregador	5.932	6.004	5.988	6.217	4.522	4.565	4.655	4.725
Conta Própria	1.096	1.109	1.666	1.729	1.194	1.205	1.097	1.113

* Valor corrigido pelo IPCA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Nota-se assim, que o estado de Sergipe demonstra um indicativo de diferença salarial quando analisado o fator sexo, pois, independentemente do período observado, o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior do que o rendimento médio do trabalhador do sexo feminino, escancarando uma disparidade salarial.

O grau de instrução também é fator preponderante para inserir-se ou não na informalidade. A Tabela 7 evidencia que a taxa de desocupação para quem possui nível superior ou equivalente, diminuiu do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2019.

Tabela 7 – Ocupados, desocupados e informais por nível de instrução em Sergipe, 2019

Nível de instrução	Ocupado		Desocupado		Informal	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1º trimestre 2017						
Sem instrução	56.719	6,90	7.720	4,82	45.417	11,13
Fundamental incompleto ou equivalente	253.014	30,79	49.833	31,12	179.756	44,04
Fundamental completo ou equivalente	62.667	7,63	15.932	9,95	38.939	9,54
Médio incompleto ou equivalente	54.503	6,63	20.738	12,95	33.716	8,26
Médio completo ou equivalente	232.216	28,26	51.232	31,99	79.951	19,59
Superior incompleto ou equivalente	38.022	4,63	5.024	3,14	10.263	2,51
Superior completo	124.603	15,16	9.650	6,03	20.098	4,92
Total	821.744	100,00	160.129	100,00	408.140	100,00
1º trimestre 2018						
Sem instrução	56.603	6,71	10.586	5,97	44.646	9,90
Fundamental incompleto ou equivalente	260.535	30,88	49.760	28,09	194.476	43,12
Fundamental completo ou equivalente	59.712	7,08	13.743	7,76	39.166	8,68
Médio incompleto ou equivalente	55.453	6,57	15.942	9,00	37.731	8,37
Médio completo ou equivalente	231.232	27,41	68.011	38,39	95.216	21,11
Superior incompleto ou equivalente	44.117	5,23	9.829	5,55	14.256	3,16
Superior completo	136.009	16,12	9.301	5,25	25.481	5,65
Total	843.661	100,00	177.172	100,00	450.972	100,00
1º trimestre 2019						
Sem instrução	27.993	3,22	1.847	1,15	59.648	5,32
Fundamental incompleto ou equivalente	271.912	31,25	50.325	31,23	360.088	32,10
Fundamental completo ou equivalente	68.065	7,82	15.654	9,71	88.490	7,89
Médio incompleto ou equivalente	50.877	5,85	15.591	9,67	85.710	7,64
Médio completo ou equivalente	266.380	30,62	58.474	36,28	317.342	28,29
Superior incompleto ou equivalente	48.190	5,54	7.959	4,94	69.494	6,20
Superior completo	136.627	15,70	11.312	7,02	140.854	12,56
Total	870.044	100,0	161.162	100,0	1.121.626	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Conclui-se que a taxa de informalidade permanece campeã nos mesmos níveis de instrução anteriormente mencionados, sendo para quem possui o nível fundamental incompleto ou equivalente, seguido de quem possui o nível médio ou equivalente. Indaga-se, dessa forma, se o mercado de trabalho de Sergipe saturou sua capacidade de absorção da mão-de-obra com nível superior, ou se a qualidade do ensino prestado não mais garante a permanência do

trabalhador em vagas que requeiram qualificação profissional alinhada aos requisitos dos empregadores na atualidade.

Apesar da presente pesquisa não apresentar como objetivo inicial discutir as questões de gênero, sexo ou temas relacionados a essa perspectiva, nesse momento, ressalta-se o perfil do trabalhador informal do mercado de trabalho sergipano. E tal contorno faz-se necessário, em decorrência de todos os dados levantados demonstrarem ser um fator relevante nas relações de trabalho.

As análises dos resultados da PNAD do IBGE, demonstraram que mulheres ganham menos que os homens. A Tabela 8 analisa a desocupação no mercado de trabalho sergipano de acordo ao sexo, e demonstra diferenciação da renda pela cor e sexo.

Tabela 8 – Taxa de desocupação por cor, segundo sexo e renda média do ocupado em Sergipe, 1º trimestre de 2019

Cor	Taxa de desocupação			Taxa de informalização			Renda média do ocupado		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
Branco	11,0	11,7	11,3	57,6	47,1	52,8	2.366,41	1.814,77	2.121,11
Preto	18,3	16,4	17,4	48,0	53,7	50,8	1.668,03	1.118,43	1.408,77
Amarelo	-	13,7	6,6	-	61,3	43,7	1.501,84	1.367,31	1.442,04
Pardo	13,9	19,5	16,4	55,5	56,7	56,0	1.643,36	1.342,53	1.518,26
Indígena	14,5	10,9	12,9	37,1	88,0	60,6	1.667,13	730,38	1.233,57

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da PNAD Contínua (IBGE)

Evidencia-se que mulheres pretas e indígenas constituem o percentual com menores rendimentos médios percebidos, ao passo que também demonstram a desigualdade de rendimentos comparado com profissionais declarados do sexo masculino. Dessa maneira, demonstrou-se que o mercado de trabalho sergipano é caracterizado pela baixa escolaridade, possui um percentual elevado de trabalhadores ocupados que não atingiram os maiores níveis de instrução e que os trabalhadores com baixa instrução são mais facilmente absorvidos pela informalidade.

Além do demonstrado, pesquisa destacou um grupo populacional específico, compreendido entre os 15 e 29 anos, doravante referidos como “jovens”. Analisou-se de forma mais específica a condição dos jovens que se encontram fora da escola (não estudam) e não conseguem se realocar no mercado de trabalho (nem trabalham).

Percebe-se que a desigualdade de renda nasce na desigualdade de oportunidades sociais que impedem que todos partam do mesmo local: educação de qualidade. Verificou-se a importância da educação para evitar a informalidade, uma vez que a educação se tornou fator decisivo para o desenvolvimento e a revolução tecnológica que transformou a economia nas últimas décadas e criou um problema para trabalhadores e empregadores.

Contudo, a empregabilidade do trabalhador se mostrou diretamente relacionada com o nível de instrução adquirido pelo trabalhador ao longo de sua existência. Verificou-se que a informalidade e desocupação cresceram ao longo do período estudado, e pode-se dizer que a informalidade em Sergipe é estrutural, uma vez que o resultado da taxa de ocupados mostra-se inferior em todos os trimestres estudados.

As análises dos resultados da PNAD do IBGE, demonstraram que mulheres ganham menos que os homens, apesar de percentualmente se dedicarem mais ao ensino superior. Observou-se igualmente que o percentual de mulheres que cursam nível superior mostra-se maior que o dos homens, contudo, o rendimento médio do trabalhador do sexo masculino é maior em todo o período estudado.

Como tópico final da dissertação, notou-se que o mercado de trabalho sergipano por suas características de fragilidade histórica e desemprego estrutural, afeta os jovens de maneira mais contundente. E nesse ínterim, o termo “nem-nem”, mostrou-se associado a população em situação social de risco, indicando uma categoria ociosa, não participando na População economicamente Ativa (não estudam) e não frequentando o ensino formal (nem trabalha). Dessa forma, inserindo-se na maioria das vezes nas classes mais baixas da população,

Aos gestores públicos a pesquisa presente pesquisa pode trazer informações que sinalizem uma necessidade de melhor planejamento de políticas que sirvam à sociedade de maneira mais plena. Ao notar-se que um nível de trabalhadores vem se inserindo num estado de informalidade, fica perceptível a tendência de piora da situação e a necessidade de políticas públicas nas áreas da economia, educação e desenvolvimento social. A ação resultante desse melhor planejamento poderá vir ajudar a questão da informalidade, em virtude de a baixa qualificação não ser mais uma questão tão significativa da sociedade.

8 RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

A proposição de estratégias que levem à diminuição da informalidade no mercado de trabalho sergipano poderá ser concretizada a partir da adoção de políticas públicas eficazes baseada também em estudos complementares. De forma a contribuir com a sociedade e para a reflexão de possíveis estudos que abordem a informalidade, algumas indicações serão reunidas nos itens abaixo.

Para tal, após realizado o levantamento dos dados e discussão dos resultados, conclui-se que as variáveis analisadas do mercado de trabalho sergipano trazem um panorama da informalidade muito relacionados aos quesitos rendimento, sexo e nível de instrução, que se alinham aos paradigmas e exemplos encontrados na literatura embasada para realização dessa dissertação.

Pensa-se em propostas integradas entre as áreas, onde a formulação de políticas públicas possa ser articulada de maneira conjunta com as secretarias envolvidas. Dessa forma propõe-se recomendações que visam combater o panorama atual da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

9 PRODUTO TÉCNICO: RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

PROPOSTAS DE AÇÕES PARA REDUÇÃO DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO SERGIPANO

1. OBJETIVO

Propõe-se um índice de ações para encaminhamento aos setores públicos responsáveis pela promoção de políticas sociais e econômicas com o intuito de reduzir o panorama da informalidade no mercado de trabalho sergipano.

2. AÇÕES PROPOSTAS

Com base nas recomendações da OIT para o trabalhador informal, após leituras acerca do tema propõe-se:

- Promover educação empreendedora para trabalhadores do mercado informal, através de parcerias com institutos públicos/privados, com intuito de ensinar/aprimorar boas práticas empresariais e aumentar a produtividade e visibilidade do comércio informal.
- Realizar programa de capacitação profissional e desenvolvimento humano para o público atuante na informalidade, para que a inserção no mercado de trabalho seja facilitada e promova uma melhora na qualidade de vida e na segurança do trabalho.
- Promover através de parcerias locais o acesso ao ensino profissional dos trabalhadores que atuam na informalidade, com vistas a melhorar a capacitação do público-alvo que atua fora da formalidade.
- Incentivar por meio de políticas públicas, a regularização dos serviços prestados na informalidade.
- Ofertar linhas de crédito específicas para quitação de dívidas do trabalhador informal.
- Implementar políticas de saúde pública com atenção à saúde do trabalhador atuante na informalidade.
- Promover melhorias sanitárias em locais necessários como feiras livres e regiões turísticas.
- Ampliar as políticas públicas educacionais para a formação técnica e profissional de jovens e adolescentes.
- Assegurar financiamento público, em nível municipal e estadual para qualificação de jovens de 14 a 24 anos.
- Garantir a concessão de bolsa de estudos para jovens entre 15 e 29 anos, pertencentes a famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário-mínimo, até a conclusão do ensino, atrelada à frequência escolar e à progressão.

10 DATA DA REALIZAÇÃO DO RELATÓRIO

29 de abril de 2022.

REFERÊNCIAS

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 01 jun. 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** – 5º ed – São Paulo: Atlas, 2003
- MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. 2. ed. São Paulo: IME-USP, 2000. ix, 379p.